

FACULDADES EST
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TEOLOGIA

JOSÉ RODRIGUES MARTINS FILHO

**ÉTICA, EDUCAÇÃO AMBIENTAL E AGRICULTURA
FAMILIAR SUSTENTÁVEL: REFLEXÕES EM TORNO DO
DESENVOLVIMENTO RURAL LOCAL A PARTIR DO MUNICÍPIO
DE BONITO, PARÁ**

SÃO LEOPOLDO

2015

JOSÉ RODRIGUES MARTINS FILHO

ÉTICA, EDUCAÇÃO AMBIENTAL E AGRICULTURA
FAMILIAR SUSTENTÁVEL: REFLEXÕES EM TORNO DO
DESENVOLVIMENTO RURAL LOCAL A PARTIR DO MUNICÍPIO
DE BONITO, PARÁ

Trabalho Final de
Mestrado Profissional
Para obtenção do grau de
Mestre em Teologia da
Escola Superior de Teologia
Programa de Pós-Graduação.
Linha de Pesquisa: Ética e Gestão

Orientador: Roberto Ervino Zwetsch

SÃO LEOPOLDO

2015

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M386e Martins Filho, José Rodrigues
Ética, educação ambiental e agricultura familiar sustentável: reflexões em torno do desenvolvimento rural local a partir do município de Bonito, Pará / José Rodrigues Martins Filho ; orientador Roberto Ervino Zwetsch. – São Leopoldo : EST/PPG, 2015.
76 p. : il. ; 30 cm

Dissertação (mestrado) – Faculdades EST. Programa de Pós-Graduação. Mestrado em Teologia. São Leopoldo, 2015.

1. Desenvolvimento sustentável – Aspectos morais e éticos. 2. Agricultura familiar – Bonito (PA). 3. Meio ambiente. 4. Ética ambiental. I. Zwetsch, Roberto Ervino. II. Título.

JOSÉ RODRIGUES MARTINS FILHO

ÉTICA, EDUCAÇÃO AMBIENTAL E AGRICULTURA
FAMILIAR SUSTENTÁVEL: REFLEXÕES EM TORNO DO
DESENVOLVIMENTO RURAL LOCAL A PARTIR DO MUNICÍPIO
DE BONITO, PARÁ

Trabalho Final de
Mestrado Profissional
Para obtenção do grau de
Mestre em Teologia da
Escola Superior de Teologia
Programa de Pós-Graduação.
Linha de Pesquisa: Ética e Gestão

Data:

Roberto Ervino Zwetsch – Doutor em Teologia – Faculdades EST

Gisela Isolde Waechter Streck – Doutora em Teologia – Faculdades EST

DEDICATÓRIA

A Deus,

Razão de tudo o que somos e fazemos.

Às mulheres de minha vida:

Minha mãe (*in memoriam*)

Razão maior de minha existência e exemplo de amor com que fui criado;

Minha esposa Idarlete,

Pelo incentivo, apoio incondicional, companheirismo e pelo amor que continuamos cultivando dia a dia;

Minhas filhas Yasmin e Isabella,

Com o meu amor e como incentivo para as suas vidas.

Obrigado por fazerem parte do meu mundo!

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Deus que iluminou o meu caminho durante esta caminhada.

Agradeço também à Faculdades EST e a todos os professores que me acompanharam durante o curso, que foram tão importantes na minha vida acadêmica, em especial aos Professores e orientador desta monografia: Prof. Dr. Roberto Ervino Zwetsch, professor Dr. Remi Klein e ao professor Dr. Vítor Westhelle.

Agradeço à Ex-Presidente da EMATER-PARÁ a Dra. Cleide Maria Amorim de Oliveira Martins e ao Ex-Diretor Técnico e atual presidente da EMATER/PA, Dr. Humberto Balbi Reale, pelo apoio e ajuda no decorrer do Mestrado.

Aos amigos e colegas, pelo incentivo e pelo apoio constante, principalmente a Prof^a. Carla Cristine que foi a minha companheira de todas as horas nas viagens, hospedagens e trabalhos acadêmicos.

*Louvai ao SENHOR. Louvai ao SENHOR desde
os céus, louvai-o nas alturas.
Louvai-o, todos os seus anjos; louvai-o, todos os
seus exércitos.
Louvai-o, sol e lua; louvai-o, todas as estrelas
luzentes.
Louvai-o, céus dos céus, e as águas que estão
sobre os céus.
Louvem o nome do SENHOR, pois mandou, e
logo foram criados.
E os confirmou eternamente para sempre, e lhes
deu um decreto que não ultrapassarão.
Louvai ao SENHOR desde a terra: vós, baleias,
e todos os abismos;
Fogo e saraiva, neve e vapores, e vento
tempestuoso que executa a sua palavra;
Montes e todos os outeiros, árvores frutíferas e
todos os cedros;
As feras e todos os gados, répteis e aves
voadoras;
Reis da terra e todos os povos, príncipes e todos
os juízes da terra;
Moços e moças, velhos e crianças.
Louvem o nome do SENHOR, pois só o seu nome
é exaltado; a sua glória está sobre a terra e o
céu.
Ele também exalta o poder do seu povo, o louvor
de todos os seus santos, dos filhos de Israel, um
povo que lhe é chegado. Louvai ao SENHOR.*

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo evidenciar a importância da ética no meio ambiente ressaltando a prática da agricultura familiar no município de Bonito, Pará. A fim de fazer jus a esse propósito, busca-se, por meio de uma pesquisa bibliográfica e levantamento de dados retirados do Relatório da Caravana da Produção da Secretaria Executiva de Estado de Agricultura do Pará – SAGRI/PA, a compreensão de como se processa essa relação entre a prática da educação ambiental, a ética e os agricultores familiares. Assim, procura-se por meio das contribuições de autores como Capra, Penteadó, Jacobi e Veiga, situar o desenvolvimento sustentável como prática para um meio ambiente saudável, menos poluído e sem desmatamento. No decorrer da pesquisa é possível verificar que o ser humano e a natureza precisam um do outro para se harmonizar e construir um futuro melhor. O trabalho também visa extrair da visão bíblica e da educação ambiental princípios que colaborem significativamente para a prática do desenvolvimento sustentável da agricultura familiar.

Palavras-chave: Meio Ambiente. Desenvolvimento Sustentável. Ética. Agricultura familiar.

ABSTRACT

This paper aims to highlight the importance of ethics in the environment highlighting the practice of family farming in Bonito, Pará. In order to do justice to this end, we seek to, through a literature search and data collection drawn from Production Caravan of Secretariat Executive of the Agriculture State of Pará - SAGRI/ PA, understanding how it handles this relationship between the practice of environmental education, ethics and family farmers. Thus, looking up through the contributions of authors such as Capra, Hairstyle, Jacobi and Veiga, place sustainable development as practice for a healthy environment, less polluted and no deforestation. During the search it can check that humans and nature need each other to harmonize and build a better future. The work also aims to draw from the biblical view and environmental education principles that signific

Keywords: Environment. Sustainable development. Ethics. Family farming.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ADEPARÁ	Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará
ADESB	Associação de Desenvolvimento Sustentável de Bonito
AF	Agricultura Familiar
APP	Área de Preservação Permanente
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
CVRD	COMPANHIA VALE DO RIO DOCE
EA	Educação Ambiental
EMATER/PA	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEFLOR	Instituto de Desenvolvimento Florestal do Pará
IMAZON	Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia
PBSM	Plano Brasil Sem Miséria
PNHR	Programa Nacional de Habitação Rural
PRONAF	Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar
SAF	Sistema Agroflorestal
SAGRI/PA	Secretaria Executiva de Estado de Agricultura do Pará
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEMA	Secretaria Municipal de Meio Ambiente
SEMAGRI	Secretaria Municipal de Agricultura
SENAR/PA	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SPR	Sindicato de Produtores Rurais
STTR	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
UD	Unidade Demonstrativa

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 O MUNICÍPIO DE BONITO E SUAS CARACTERÍSTICAS SÓCIOAMBIENTAIS	14
1.1 Breve histórico do município de Bonito/PA	19
1.2 Características ambientais e o desafio da agricultura na Amazônia	22
2 ÉTICA, MEIO AMBIENTE E A AGRICULTURA FAMILIAR: DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	25
2.1 Ética e Cultura	25
2.2 A relação sustentável do ser humano com o meio ambiente: fundamentos bíblicos e ambientais	33
2.3 O Desenvolvimento Sustentável na Agricultura Familiar	48
3 ANÁLISE DO CONTEXTO AMBIENTAL DE BONITO-PA, DE ACORDO COM O RELATÓRIO DA “CARAVANA DA PRODUÇÃO” DA SECRETARIA EXECUTIVA DE ESTADO DE AGRICULTURA DO PARÁ	53
3.1 Refletindo sobre a Educação Ambiental de Bonito, PA	54
3.2 Trabalhos Realizados Após a Caravana da Produção	54
3.3 Perspectivas para uma agricultura familiar sustentável na Amazônia	62
CONCLUSÃO.....	65
REFERÊNCIAS	67
ANEXOS A - FORMALIZAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DA COMUNIDADE DE QUILOMBOLA DE CUXIU DE BONITO/PA.....	71
ANEXOS B - CURSOS REALIZADOS PELO SENAR/PA.....	73
ANEXOS C - INSERÇÃO DOS MORADORES DO PROGRAMA NACIONAL DE HABILITAÇÃO RURAL (PNHR)	74
ANEXOS D - DADOS DA AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO PARÁ (ADEPARÁ)	75

INTRODUÇÃO

O objetivo geral deste trabalho é investigar os elementos éticos do processo de desenvolvimento sustentável para o crescimento da agricultura familiar no município de Bonito, no Estado do Pará. Como objetivos específicos: a) Identificar as causas dos problemas ambientais e sociais ocasionados na agricultura familiar; b) Associar as características do comportamento ético com o meio ambiente; c) analisar o processo de agricultura familiar sustentável no município de Bonito; d) Averiguar o cotidiano dos agricultores familiares quanto aos usos dos recursos naturais de acordo com o Relatório da Caravana da Produção; e) Relacionar as concepções religiosas dos agricultores e as referências bíblicas com os princípios da educação ambiental sustentável; f) Analisar a importância do desenvolvimento sustentável para o meio ambiente e uma agricultura familiar sustentável.

A ética do meio ambiente começa pelo reconhecimento do valor da natureza para a preservação da espécie humana; da importância da fauna, da flora, da variedade das espécies humanas, da vida selvagem, do ar puro e da água limpa para a vida dos seres humanos. Trata-se do reconhecimento de uma qualidade que a natureza objetivamente possui, isto é, a de possibilitar e garantir a nossa sobrevivência física e o nosso desenvolvimento social.

Nas comunidades originárias, as relações humanas e éticas ficavam em primeiro plano. O grupo todo fazia um processo de acompanhamento e controle das normas, regras, posturas. Isso não implica dizer que eram comunidades melhores, mas, sim, que o tipo de relações empreendidas com o meio em que viviam facilitava o acompanhamento da observação das normas. Hoje as regras são parâmetros um tanto abstratos, e estes parâmetros estão ligados diretamente à moral, pois o ser humano faz somente aquilo que lhe é imposto (norma); o que não resulta em punição, normalmente, ele deixa de lado, pois não trará efeito algum. Ao menos, no sistema capitalista que domina atualmente a agricultura brasileira.

Este processo esvazia as relações, pois confere significado pura e simplesmente ao que recebe denominação, eliminando-se a sensibilidade de captar as sutilezas nas relações humanas e destas com o seu meio. No processo de massificação, é possível até olhar o diverso, mas raramente a pluralidade. Olhar para a diversidade implica olhar para aquilo que temos como alternativas possíveis.

Quando olhamos para o mundo à nossa volta, percebemos que não estamos lançados em meio ao caos e à arbitrariedade, mas que fazemos parte de uma ordem maior, de uma grandiosa sinfonia da vida. Cada uma das moléculas do nosso corpo já fez parte de outros corpos vivos ou não e fará parte de outros corpos no futuro. Nesse sentido nosso corpo não morrerá, mas continuará perpetuamente vivo, pois a vida continua. Com efeito, nós fazemos parte do universo, pertencemos ao universo e nele estamos

em casa; e a percepção desse pertencer, desse fazer parte, pode dar um profundo sentido à vida.¹

Em pleno século XXI, o meio ambiente vem sofrendo as consequências do uso desordenado dos elementos da natureza, que vem se agravando pelo menos desde o início da Revolução Industrial. Atualmente, o que se observa é o ser humano provocando enormes desastres ambientais em virtude de ganância, poder, riqueza. Por causa disso, surgem as seguintes indagações:

- 1) De que forma o ser humano pode utilizar adequadamente os recursos naturais sem prejudicar o meio ambiente?
- 2) De que maneira a consciência ética colabora para a preservação ambiental?
- 3) Como o desenvolvimento sustentável pode auxiliar os agricultores rurais familiares a melhorar o uso da terra na prática de plantar e colher?
- 4) Como a visão religiosa a partir do testemunho bíblico interfere na lida com a terra e na preservação ambiental?
- 5) Qual o papel da educação ambiental nesse processo de uma agricultura familiar sustentável?

Para refletir acerca do tema, os agricultores rurais precisam entender o processo em que se encontra o cultivo adequado de plantações e lavouras no dia a dia de suas tarefas agrárias. Dessa forma, surge a principal questão: Qual a melhor forma de atuação do agricultor familiar para o desenvolvimento da produção agrária, sem agredir o meio ambiente, levando em conta sua inserção ética, econômica e social para o benefício da sociedade? O desafio é propor um tipo de desenvolvimento aos agricultores familiares que tem como fundamento práticas de conservação do solo e da água para desenvolver uma agricultura familiar sustentável.

Infelizmente, a sociedade contemporânea (em particular, as novas gerações) perdeu a visão histórica e transcendental da ética. Ela parece brincar com éticas de ocasião, com valores relativos; tem seu jogo do faz de conta nas éticas classistas ou corporativas, assim como na chamada “moral de situação”; mas não sabe como encarar o mundo que nasce agora nem como inserir-se nele, desempenhar o seu papel e manter sua dignidade fundamental. A educação ambiental representa um instrumento essencial para superar os atuais impasses da

¹ CAPRA, Fritjof. *Alfabetização Ecológica*. São Paulo: Cultrix, 2002. p. 82.

nossa sociedade. A ética, por definição, é inseparável da vida e da existência no planeta Terra. Leff entende que:

A educação ambiental é definida como um processo no qual incorporamos critérios socioambientais, ecológicos, éticos e estéticos nos objetivos didáticos da educação, com o objetivo de construir novas formas de pensar incluindo a compreensão da complexidade das emergências e das inter-relações entre os diversos subsistemas que compõem a realidade. A preservação e a recuperação do meio ambiente é algo que atinge a todos. Assim, temas como o aquecimento gradual do planeta, a poluição das águas, a possibilidade de acidentes nucleares, causam ampla preocupação, independente da nacionalidade do indivíduo.²

A educação ambiental vem provocando mudanças profundas na abordagem integrada dos saberes. Da mesma forma, o etos ambiental, reflexo da ansiedade difusa do mundo moderno, poderá desencadear mudanças ainda mais profundas. Essa mudança tem força para revirar os paradigmas éticos e a vida das nações e das pessoas. Sobre isso, Gonçalves destaca:

O mundo é super povoado e as cidades substituem com seus atrativos artificiais a beleza natural, e o homem corre risco de sufocar-se em seu próprio lixo. Os lagos e o mar estão inevitavelmente poluídos. O ar está irrespirável em muitas cidades e o lixo urbano e industrial acumula-se por toda a parte. As pragas ceifam os campos agrícolas e os agrotóxicos utilizados para impedir sua proliferação concorrem para o aumento da poluição das águas e o envenenamento da população.³

A descrição da autora alerta para uma situação que tende a se agravar nos próximos tempos, caso não sejam tomadas medidas urgentes por parte dos governos, das empresas e, mais diretamente, por parte das pessoas que trabalham no campo e na agricultura. E isto envolve estruturas, projetos e o próprio mercado. Nesse sentido é que nesta pesquisa se buscará apresentar princípios e valores que apontem para a questão da sustentabilidade. Os princípios e valores éticos para a conservação ambiental são: respeito e cuidado com a comunidade de vida, integridade ecológica, justiça social e econômica, democracia, não-violência e paz.

No momento histórico que estamos vivendo, a separação entre ser humano e natureza reflete-se em toda a produção humana, em particular no conhecimento produzido por esse modelo de sociedade. A fragmentação do saber, representada pelas especializações do conhecimento, aprofundou a compreensão das partes, mas deixou em aberto uma compreensão mais global e integrada da vida, do meio ambiente e do ser humano nele

² LEFF, Enrique. *Saber Ambiental*. São Paulo: Vozes, 2004. p. 55.

³ OLIVEIRA, Rosa Dalva Gonçalves de. *Educação Ambiental: alternativa de sustentabilidade na área de proteção ambiental (APA) do Rio Curiaú*. Dissertação. 84 f. (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Direito Ambiental e Políticas Públicas da Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2012. p. 13.

existente. Pois, o ambiente é também uma unidade que precisa ser compreendida de forma integral. Pode-se afirmar que é através de um conhecimento interdisciplinar que poderemos assimilar plenamente o equilíbrio dinâmico do ambiente.

Segundo a Caravana da Produção,⁴ o município de Bonito foi definitivamente emancipado no dia 29/12/1961. Ele se localiza ao norte do país e no nordeste paraense, com extensão territorial de 588 km² e uma população de 13.630 habitantes, sendo a densidade demográfica de 23,2 hab./km². A sua hidrografia caracteriza-se por conter as nascentes de alguns rios importantes da Microrregião Bragantina, tais como: rio Peixe-Boi, rio Tacioteua e rio Caeté.

O município de Bonito, dentre os municípios paraenses, surge como um dos mais pobres do Estado do Pará, com IDH 0,612, conforme publicado em 2005 pela *Revista Época*, tendo sido considerado entre os dez mais desmatados, ficando com o 1º lugar dentre 407 municípios abrangendo toda a Amazônia. Os pesquisadores do Instituto IMAZON em 2005 constataram que o desmatamento não melhorou a vida da população dos municípios atingidos por este dano ambiental.

O município é eminentemente rural (agrícola) e os pequenos agricultores juntamente com seus familiares, em sua grande maioria, praticam agricultura itinerante (derrubada, broca e queima da mata), o que os condena a uma jornada árdua de sol a sol, para no final do processo entregar sua produção agropecuária na mão de atravessadores, o que diminui ainda mais a remuneração de seu trabalho.

A economia do município é gerada pela agricultura familiar e a produção dos médios e grandes fazendeiros. Foi implantado recentemente (em torno de 10 anos para esta data) por uma Empresa Agroflorestal o monocultivo do óleo de palma (dendê), que já ocupa grande parte das áreas agrícolas que pertenciam aos pequenos agricultores familiares, assim como a agroindústria de beneficiamento desse óleo, que está melhorando a economia local. Encontra-se em fase de implantação outra empresa subsidiária da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) para exploração de Caulim e Bauxita na região, que com certeza irá gerar mais um impulso na economia do município. O comércio local, embora tenha crescido nos últimos

⁴ GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ. Secretaria de Estado de Agricultura. *Caravana da Produção*. Programa da Secretaria Executiva de Estado de Agricultura do Pará, que fez levantamento de dados dos municípios paraenses objetivando realizar ações governamentais de fomento em apoio à agricultura familiar. Disponível em: <http://www.sagri.pa.gov.br/posts/view/68/caravana_da_producao_agropecuaria>. Acesso em: 27 abr. 2015.

anos, ainda é incipiente, obrigando grande parcela da população a fazer compras nos municípios vizinhos.

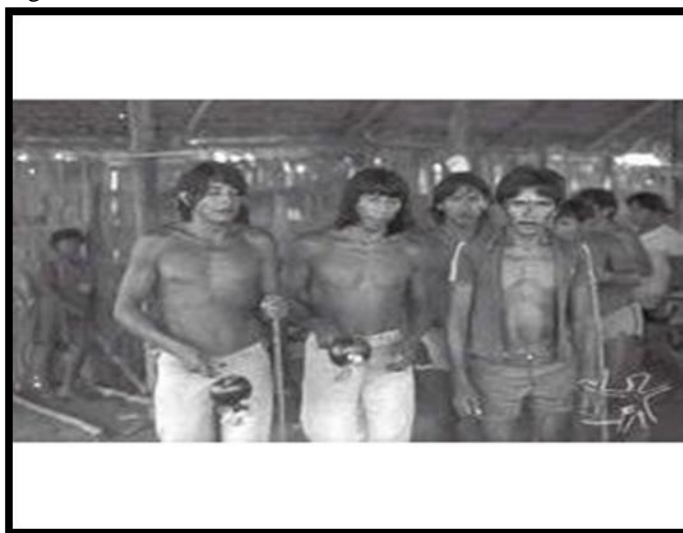
Com base nestes relatos retirados da “Caravana da Produção” e o conhecimento *in loco* como profissional com mais de vinte anos de experiência como extensionista rural da EMATER/PA junto a agricultores familiares, engenheiro florestal e chefe do Escritório local da EMATER/PA do município de Bonito desde sua implantação/inauguração em 30/12/2006 até a presente data, é que identificamos a migração de grande parte das famílias de agricultores (as) rurais para a sede da cidade e demais municípios vizinhos, culminando com o agravamento dos problemas sociais e ambientais nos grandes centros urbanos e na periferia do próprio município. Este fato merece ser analisado em detalhe e este é o propósito desta pesquisa, especialmente sua repercussão na vida das famílias e na organização da agricultura familiar e suas perspectivas de futuro.

Em virtude das considerações acima, o presente trabalho está estruturado da seguinte forma: o primeiro capítulo aborda as características socioambientais do município de Bonito/PA, enfatizando a contextualização da pesquisa. O segundo capítulo destaca a contribuição da ética, da educação ambiental e do desenvolvimento sustentável na agricultura familiar fazendo um paralelo com os fundamentos bíblicos e a educação ambiental. O terceiro capítulo faz uma análise do Relatório da “Caravana da Produção” e dos levantamentos de trabalhos realizados pelos órgãos governamentais e não governamentais atuantes no município de Bonito/PA com vistas a detectar os rumos da questão e as perspectivas da agricultura familiar sustentável. Com base nestes relatos é que surgiram parcerias com diversas entidades organizadas, governamentais (federais, estaduais e municipais) e não governamentais (sindicatos, associações de produtores e produtoras rurais) e sociedade civil, para se chegar a diversas ações mitigadoras desses problemas, as quais serão objeto de exposição no trabalho que segue.

1 O MUNICÍPIO DE BONITO E SUAS CARACTERÍSTICAS SÓCIOAMBIENTAIS

A presença indígena na região de Bonito se manifesta desde que a tribo Tenetehara-Tembé, doravante Tembé, de família linguística Tupi-Guarani, ocupa há muito tempo a região que hoje faz parte da Terra Indígena do Alto Rio Guamá (TIARG). Os Tenetehara-Tembé do Guamá estão organizados em 14 aldeias e os Tenetehar-Tembé do Gurupi, também em 14 aldeias, somando-se um total de 28 aldeias, com uma população que pode chegar atualmente a mais de mil e quinhentas pessoas.⁵ A autenticidade da cultura Tembé se manifesta de diversas formas: os indígenas *falam sua língua*, realizam *festas tradicionais*, usam pinturas corporais, desenvolvem um ritmo de vida própria na região bem como uma ocupação diferenciada da terra e uso de seus recursos. Em 1995, localizavam-se na área do rio Gurupi da TIARG, com uma população de cerca de 300 Tembé (Figura 1) e, aproximadamente, 320 na do rio Guamá.

Figura 1 - Índios Tembé



Fonte: www.funai.org.br

A Reserva Alto Rio Guamá, com um território de 278.000 hectares destinados aos índios Tembé, Timbira, Kaapor e Guajá, foi oficializada mediante o Decreto 307-21/3/45, assinado pelo Interventor Federal do Pará, Joaquim de Magalhães Cardoso Barata. A reserva está localizada ao nordeste do Estado do Pará, entre a margem direita do rio Guamá e a margem esquerda do rio Gurupi, no limite do Estado do Pará com o do Maranhão.

Os Tembé, especialmente algumas das suas “lideranças”, apontam Mejer Kabacznick (*fazendeiro* que se apropriou de uns 60 mil hectares da reserva) como principal expoente da atuação dos invasores da reserva e motor do início da sua luta contra os ocupantes de sua terra

⁵ RICARDO, Beto; RICARDO, Fany (Orgs.). ISA. *Povos Indígenas no Brasil* (2006-2010). São Paulo: Instituto Socioambiental, 2011. p. 14.

e da defesa da TIARG como “*nossa terra*”. De um modo geral, pode-se afirmar que os Guajajara, ramo oriental dos Tenetehara, se localizam no Estado do Maranhão, enquanto os Tembé, o ramo ocidental, no Estado do Pará. Entretanto, uma parte dos Tembé (Figura 2 e 3) vive na margem direita do rio Gurupi, no estado maranhense.

Figura 02 - Índios Tembé



Fonte: www.funai.org.br

Figura 03 - Índios Tembé



Fonte: www.funai.org.br

Esse processo de localização e definição de uma área de ocupação dos índios Tembé foi muito importante para a história do município de Bonito, que na época da ocupação indígena, pertencia ao município de São Miguel do Guamá, conforme informações posteriores.

A atual geração tem assistido a um intenso progresso tecnológico que provoca graves consequências para a vida das pessoas e do meio ambiente, o que afeta indígenas e não indígenas. Nos últimos anos, a preocupação com a degradação e a exaustão dos recursos

naturais, provocadas principalmente pela ocupação predatória das frentes de colonização incentivadas pelo governo brasileiro na Amazônia desde o final dos anos de 1960, deixa de ser tema apenas do movimento ambientalista e passa a ser prioridade para diferentes atores sociais. Para todo o cidadão, faz-se necessário criar uma rede permanente de informação para que esse conheça os temas a respeito do meio ambiente, sensibilizando-o para a necessidade de uma mudança de comportamento frente às questões ambientais.

Numa visão abrangente, pode-se afirmar que o ser humano se apropria da natureza para sua subsistência e tem conhecimento dos mecanismos dessa apropriação, pois é um importante agente de transformação da natureza. É graças à ação desse ser humano desde longa data e, principalmente, com a constituição dos processos civilizatórios e suas relações com o ambiente terrestre, que os processos de transformações do planeta sofreram um incremento considerável nas suas velocidades e intensidades de ocorrência, além de interferências e mudanças nas suas dinâmicas. É por isso que autores contemporâneos alertam para as condições por meio das quais se realizam tais interferências:

As ações elaboradas pelo homem no meio ambiente deveriam ser precedidas por um minucioso entendimento do funcionamento do ambiente e das leis que regem seu funcionamento, e para isso é necessário elaborar-se diagnósticos ambientais adequados.⁶

Desde a década de 1970, conforme Machado,⁷ a interrelação entre o ambiente (natureza) e o ser humano (sociedade) tem por base o desenvolvimento voltado para o progresso tecnológico, sustentado na globalização capitalista, urbanização e uma polarização jamais vista na história da humanidade. Esta interrelação reflete-se na natureza por meio de sua exploração e de seu reconhecimento, muitas vezes, apenas como recurso natural.

As consequências dessa exploração são perceptíveis não só no que se refere ao meio ambiente, mas, sobretudo, nas condições materiais da qualidade de vida das populações dos países mais empobrecidos. Assim, as questões ambientais, que atualmente constituem preocupação geral, contrapõem-se à maximização da produção e do consumo no sistema capitalista, que desencadeou e desencadeia problemas ambientais consideráveis. Segundo Leonardo Boff, essa inter-relação ser humano/natureza é indissolúvel e independente do grau de cultura ou desenvolvimento da sociedade, porém, o modelo desenvolvimentista adotado até

⁶ ROSS, Jurandyr Luciano Sanches. *Geomorfologia: ambiente e planejamento*. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2005. p. 12-17.

⁷ MACHADO, Nilson. *Ética e Educação*. São Paulo: Ateliê, 2005. p.74-79.

agora conduziu a uma sistemática degradação ambiental,⁸ que na Amazônia vem se constituindo como um caso grave e com repercussões em todo país (questão climática) e mesmo no planeta.

O Brasil não fugiu a essa regra e sua ocupação não considerou a preocupação com a conservação do meio ambiente. Também se pode afirmar que sua legislação ambiental não foi capaz de minimizar as consequências advindas desde o início de sua colonização, incentivando, em alguns momentos históricos, a exploração dos recursos naturais sem preocupação com o futuro. A própria formação histórica do país está ligada a ciclos de exploração de alguns recursos naturais que adquiriram valor no mercado internacional: pau-brasil, cana de açúcar, ciclo mineiro e assim por diante. Mesmo na atualidade, boa parte das exportações brasileiras vem do agronegócio que concentra a produção em algum produto de alto valor no mercado como é o caso da soja, da carne bovina, ou de minérios como o ferro, bauxita e outros.⁹

A recuperação, o manejo e a conservação dos recursos naturais requerem atitudes imediatas, pois, nas últimas décadas, eles estão sendo degradados com dimensões e velocidades preocupantes. Essa informação está retratada na reportagem da revista *Época*¹⁰ intitulada “A Falsa Boa Notícia na Amazônia”, onde é retratado que a maior floresta tropical do planeta (Amazônia) enfrenta um momento decisivo em sua história. De acordo com a notícia, a piora do mercado agrícola e ações paliativas reduzem o desmatamento em 40% faltando medidas concretas, pois ainda persistem ameaças à floresta. Nesse contexto, todo o esforço que se faça no sentido de desenvolver pesquisas ambientais, na tentativa de criar e testar metodologias integradoras que possam, além de diagnósticos, fundamentar medidas que diminuam e/ou controlem a degradação ambiental, são bem-vindas e deveriam receber apoio governamental. Reinaldo Dias, estudioso da questão ambiental, afirma:

⁸ BOFF, Leonardo. *Saber Cuidar: ética do humano – compaixão pela Terra*. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 104.

⁹ Uma série de fatores conjunturais contribuiu para frear o desmatamento. Um deles foi a criação de áreas protegidas - último recurso para tentar salvar a floresta. Foram 12 milhões de hectares nos últimos dois anos. Dados acumulados desde a década de 1970 mostram que a perda de floresta é de 1,5% em áreas protegidas, contra 12% em áreas sem proteção. O problema é que a pressão sobre esses redutos é cada vez maior. Três reservas de Rondônia já perderam mais de 60% de sua cobertura vegetal. O setor agropecuário, um dos principais motores do desmatamento, também deu sua contribuição. O desmatamento, que começa com a grilagem de terras e a retirada da madeira, geralmente termina na pecuária extensiva. Mas os produtores vivem uma das piores crises da História, enrolados em dívidas e sem crédito para expandir suas fronteiras. Em junho, reuniram 25 mil agricultores na Esplanada dos Ministérios numa manifestação batizada de Tratoração: o Alerta do Campo. O setor continua em baixa. Disponível em:

<<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDR71508-6014,00.html>>. Acesso em: 26 jun. 2014.

¹⁰ VICÁRIA, Luciana. A falsa boa notícia na Amazônia. *Época*. Disponível em:

<<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDR71508-6014,00.html>>. Acesso em: 26 jun. 2014.

Na transformação da sociedade contemporânea, a chamada crise ambiental tem um papel central. Efetivamente, a crescente contaminação da atmosfera, dos solos e da água; a perda de múltiplas espécies da flora e da fauna; a destruição da camada de ozônio etc., que no conjunto e em longo prazo representam um perigo para a sobrevivência humana, mas que, de imediato, traduzem-se em perda de qualidade de vida, foram determinantes para que nos últimos 20 anos surgissem os movimentos sociais conservacionistas, ecologistas e ambientalistas e para que, entre os governos e as populações de modo geral, tenham começado a buscar, em alguns casos a adotar, novas formas de desenvolvimento que se ajustem, por um lado, às exigências de transformação e aproveitamento da natureza e, por outro, à necessidade de sua conservação como condição para preservar a própria existência humana.¹¹

A humanidade vem colocando em risco sua própria sobrevivência, como resultado dos profundos desequilíbrios provocados pela sua contínua interferência na natureza. Talvez por isso muitos já estejam tomando consciência de que o ser humano também é parte integrante do meio em que vive. Ele também é componente da frágil cadeia que sustenta a vida no planeta, e não o senhor absoluto da natureza e, embora não lhe seja mais submisso, continua precisando dela para sua sobrevivência e para a sobrevivência de milhares de espécies dos diversos ecossistemas.

O ser humano vive em sociedade. O seu relacionamento com a natureza ocorre de forma diferente, uns estão se preocupando mais com o meio ambiente, outros acham que os recursos são infinitos e banalizam o uso. Dois exemplos saltam aos olhos na realidade brasileira: primeiro, a maneira como se desperdiça água em nosso país; segundo, o mau uso da terra, com a exagerada poluição ambiental provocada pela utilização indiscriminada de agrotóxicos. A humanidade avança rapidamente rumo ao desenvolvimento tecnológico e ao controle da natureza, porém, se por um lado esse avanço trouxe benefícios, por outro apresenta o seu lado negativo. Houve um tempo em que se acreditava que os recursos naturais como a água e o ar eram infinitos, contudo, já nos deparamos com lugares com alto teor de poluição atmosférica, sofrendo com a falta e/ou o esgotamento de água ou sua qualidade.

A responsabilidade com o ambiente não é só política e empresarial, mas também depende da postura de cada habitante da terra para proteger o planeta, nossas vidas e as futuras gerações. Nesse sentido, a Constituição Brasileira, no capítulo VI faz referência ao meio ambiente, salientando no artigo 225 que todos têm direito a um ambiente sadio e equilibrado para a presente e a futura geração. Que consequências práticas temos tirado desse dispositivo da Carta Magna? Que políticas públicas vêm sendo adotadas para que tenhamos um “ambiente sadio e equilibrado”? O exame da situação da região amazônica, de modo

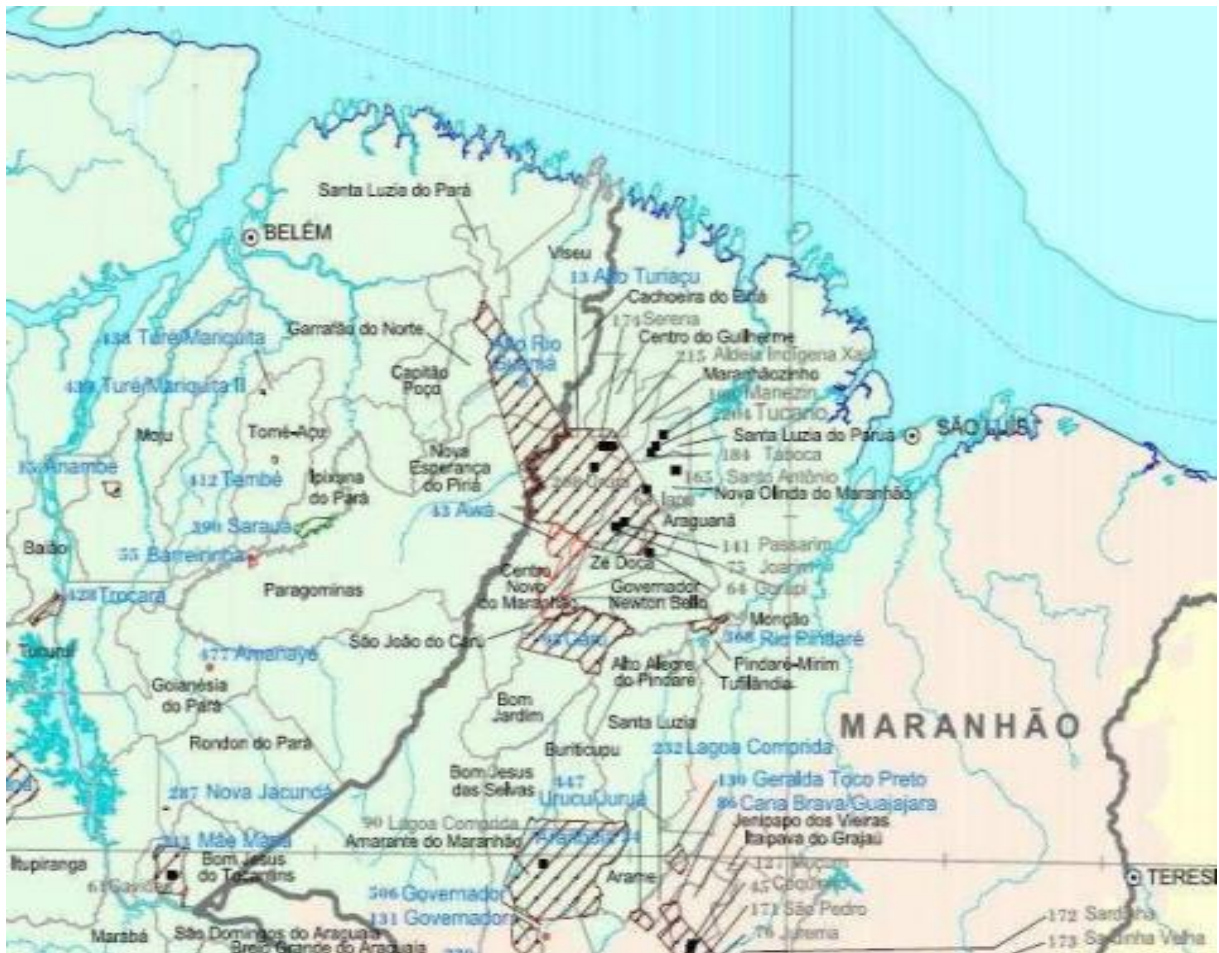
¹¹ DIAS, Reinaldo. *Turismo sustentável e meio ambiente*. São Paulo: Atlas, 2003. p. 18.

geral, demonstra que o país está desperdiçando boa parte de suas riquezas naturais, e isto a uma velocidade muito rápida.

1.1 Breve histórico do município de Bonito/PA

Conforme relatado na “Caravana da Produção”, levando em consideração o contexto histórico, constitucionalmente, o espaço territorial do município de Bonito (Figura 4) pertencia tanto ao município de Irituia como ao município de São Miguel do Guamá, região nordeste do Pará (Figura 5).

Figura 04 - Mapa do Bonito/PA



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2014.

Figura 05 - Mapa do Pará



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2014.

Quando da sua vinculação histórica¹² com Irituia, aparece como um dos seus distritos, junto com Caju, Irituia, Conceição de Irituia, Mututi, São Gregório e Santa Rita Durão, o que ficou registrado, segundo o quadro de divisão territorial datado de 31 de dezembro de 1937. Entretanto, no quadro anexo ao Decreto-Lei Estadual nº 2.972, de 31 de março de 1938, Bonito não aparece mais como distrito de Irituia, acontecendo o mesmo na divisão territorial vigente no quinquênio 1939-1943 e que fora fixado pelo Decreto-Lei Estadual nº 3.131, de 31 de outubro de 1938, no governo de Alencar de Sousa.

No que se refere à sua vinculação com o atual Município de São Miguel do Guamá, escrevem os historiadores que, a partir de 1938, o Distrito de Bonito passou a integrar, na

¹² INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE): Cidades. História do Município de Bonito. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=150160&search=para|bonito|infograficos:-historico>>. Acesso em: 27 jun. 2014.

mesma categoria, o patrimônio territorial do Município de São Miguel do Guamá, no qual aparece como pertencente ao mesmo, segundo as disposições contidas no Decreto-Lei Estadual nº 4.505, de 30 de dezembro de 1943, mediante o qual o Município de São Miguel do Guamá passa a denominar-se, unicamente, como Guamá. No que se refere à dinâmica econômica e social, registrou-se que no Distrito de Bonito em 11 de março de 1955 foi promulgada a Lei nº 127, com o objetivo de elevar Bonito à categoria de Município outorgando-lhe a emancipação de Guamá. Essa iniciativa não prosperou, devido ao fato de que o Supremo Tribunal Federal, em acórdão de 04 de outubro de 1955, declarou inconstitucional a referida Lei. Por sua parte, o Governo Estadual em Decreto nº 1.946, de 26 de janeiro de 1956 tornou insubsistentes o desmembramento e a emancipação.¹³

A Enciclopédia dos Municípios do Brasil precisa que Bonito, no ano de 1950, quando, ainda, era distrito do Guamá, tinha sua Vila considerada como uma das mais importantes aglomerações urbanas guamaenses, habitando nela 527 pessoas, das quais 282 eram homens e 245 mulheres.¹⁴ De igual forma, a mesma fonte informa que, segundo estimativas do extinto Departamento Estadual de Estatística, o Distrito, como um todo, contava com 4.133 habitantes. Em 29 de dezembro de 1961, ficaram concretizados a emancipação e o desmembramento de Bonito do Município de São Miguel do Guamá, segundo o disposto pela Lei Estadual nº 2.460.¹⁵

A partir dessa data, Bonito ganhou autonomia configurando o seu patrimônio territorial com terras desmembradas de São Miguel do Guamá, parte do Distrito de Pirabas, do Município de Bragança, parte dos Distritos de Nova Timboteua e Peixe Boi e parte dos Distritos de Capanema e Ourém. Na atualidade, Bonito é constituído apenas pelo Distrito-Sede: Bonito e instalado em 31 de março de 1962. Em divisão territorial datada de 31 de dezembro de 1963, o município é constituído do distrito sede, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2007.

O município de Bonito possui uma área de vegetação muito grande. Segundo a Lei Orgânica (2001), o município está localizado na microrregião Bragantina. Possui uma área de 286 km² e fica distante 145 km de Belém, capital do estado. Por ser um município

¹³ INSTITUTO BRASILEIRO GEOGRÁFICO E ESTATÍSTICO, 2015.

¹⁴ INSTITUTO BRASILEIRO GEOGRÁFICO E ESTATÍSTICO (IBGE). *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=227295>>. Acesso em: 21 maio 2015.

¹⁵ GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ. Diário Oficial do Estado do Pará (DOEPA). Lei Estadual nº 2.460. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/33636355/doepa-caderno-1-16-01-2012-pg-1>>. Acesso em: 23 abr. 2015.

economicamente agrícola, a maioria de sua população está concentrada na área rural, com aproximadamente 11.000 habitantes, atualmente.

1.2 Características ambientais e o desafio da agricultura na Amazônia

A economia do município, baseada na agricultura e na pecuária, produz ainda em escala comercial pimenta do reino, farinha de mandioca, maniva, maracujá e, recentemente, laranja, além de milho e arroz. Na pecuária, possui a maior fazenda de bovinos da região. Em se tratando de meio ambiente, a preocupação do governo local gira em torno da qualidade de vida dos habitantes e a preservação do meio ambiente ecologicamente equilibrado.

O Artigo 213 da Lei Orgânica do Município afirma: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público Municipal e à coletividade o dever de defendê-lo, preservá-lo para as presentes e futuras gerações”. É indispensável um trabalho de educação em questões ambientais dirigidos tanto às gerações jovens como aos adultos, e que preste a devida atenção ao setor da população menos privilegiada, para ampliar as bases de uma opinião bem informada e de uma conduta dos indivíduos, das empresas e da coletividade, inspirada no sentido de sua responsabilidade quanto à proteção e ao melhoramento do meio em toda sua dimensão humana. Quando se pensa especificamente acerca do meio ambiente, o problema central consiste na atribuição de valor independente a coisas como a preservação das espécies ou a proteção da vida selvagem. Essa proteção pode ser defendida como um meio para garantir as necessidades humanas básicas, encarando os animais e as plantas, por exemplo, como uma fonte de alimentação, de medicamentos ou de outros benefícios.

O governo local precisa cada vez mais direcionar ações preventivas para uma educação ambiental. Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público Municipal: I - Preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e do ecossistema; II - Exigir na forma da lei, para a instalação de obras ou atividades potencialmente causadoras de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio do impacto ambiental, a que se dará publicidade; III - Proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais à crueldade.

No modelo convencional, o sistema produtivo é linear e aberto, extraindo a matéria-prima da natureza e devolvendo a ela uma grande quantidade de resíduos e produtos não biodegradáveis e tóxicos. A natureza, no entanto, é cíclica e não há desperdício: “Na natureza, nada se perde, nada se cria; tudo se transforma”, já dizia Lavoisier. Todos os átomos se movimentam por meio da reciclagem dentro dos ciclos ecológicos nos ambientes naturais. Há que se compreender melhor o que é reciclagem. Confeccionar vassouras de pedaços de PET (chamadas de ecológicas) ou roupas de materiais que iriam para o lixo não configura reciclagem. Transformar garrafas PET em fibras têxteis para confecção de agasalhos é, sim, reciclagem. Ao usar as vassouras de PET, estamos unicamente transformando grandes pedaços de plástico em pequenos pedaços de plástico pelo atrito durante a varrição, mas o material não biodegradável continua existindo. Fora da percepção humana, mas próximo da percepção de outros seres vivos. Não resolve o problema. Da mesma forma, brinquedos e bijuterias de materiais que iriam direto para o lixo apenas adiam o problema. Não temos mais tempo para adiar.

No transcorrer da construção do capítulo foi possível perceber que a história do município de Bonito está entrelaçada com o povo indígena, com a implantação de leis ambientais e, ao mesmo tempo, de questões sociais como o apoio à agricultura familiar. Mesmo que a atual população do município e suas autoridades ainda não tenham se dado conta dessa relação de forma mais positiva, o desafio da defesa e proteção do meio ambiente poderá ser um forte aliado para o futuro da cidade e dessa região, como a visão holística preconiza para indígenas e não indígenas. Os sistemas de vida em que estamos inseridos não podem ser vistos de forma isolada. Tudo que fazemos e realizamos como sociedade e como indivíduos percute muitas vezes no meio ambiente e em nossa vida pessoal e social.

2 ÉTICA, MEIO AMBIENTE E A AGRICULTURA FAMILIAR: DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O presente capítulo busca analisar a relação da ética com o meio ambiente e a agricultura familiar. A discussão é antiga, mas vem se acentuando principalmente nos últimos decênios devido à sistemática destruição das florestas no mundo (África e Ásia, por exemplo) e, especificamente, na Amazônia, em nome de um desenvolvimento econômico que tem se mostrado destrutivo, desigual e injusto para as maiorias nos diferentes países.

2.1 Ética e Cultura

Sobre a ética em sentido amplo e vinculado à questão do cuidado com o meio ambiente, L. Boff enfatiza:

Diante da crise de sustentabilidade da sociedade mundial e da natureza, faz-se urgente uma ética do cuidado, da compaixão, da responsabilidade e da solidariedade. Ética, no seu sentido originário grego (*ethos*), significa a forma como ordenamos a casa para que haja paz entre seus ocupantes, para que todos os espaços sejam bem organizados e para que vivam relações amicais para com os vizinhos. Hoje, a casa não é mais a casa que habitamos, mas o planeta Terra, a Casa Comum. Importa uma ética do cuidado para com essa Casa. O cuidado é a precondição para que emergja a vida. O cuidado é o norteador antecipado de todo o comportamento para que este seja benfazejo para com a vida e os outros, e não destrutivo. É uma atitude amorosa que dá proteção e segurança à vida. Desse cuidado precisamos em todas as esferas das relações interpessoais, sociais e para com a natureza. É urgente uma ética da compaixão, no sentido budista e também cristão da palavra. Quer dizer, diante da humanidade sofredora e da natureza devastada, munir-se de empatia, fazer-se bom samaritano, aliviar a dor e, se possível, impedir que ela se reproduza [...].¹⁶

A questão sobre o conceito de ética é comum em todas as áreas do conhecimento. Pensando assim, optou-se por começar pela etimologia da palavra ou explicando o que significa a palavra *ética*. Ética é uma palavra de origem grega, “[...] *ethike*, de *ethikos*: que diz respeito aos costumes”.¹⁷ Sabe-se também que no grego designa *Ethos*, que também significa costume. Japiassu e Marcondes afirmam:

Ética é a parte da Filosofia prática que tem por objetivo uma reflexão sobre os problemas fundamentais da moral (finalidade e sentido da vida humana, os fundamentos da obrigação e do dever, natureza do bem e do mal, o valor da

¹⁶ BOFF, 2008, p. 105.

¹⁷ JAPIASSU, Hilton; MARCONDES, Danilo. *Dicionário Básico de Filosofia*. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. Verbete: ética. p. 93.

consciência moral etc.), mas fundada num estado metafísico do conjunto das regras de conduta consideradas como universalmente válidas.¹⁸

Assim, a ética faz uma reflexão sobre a vivência moral. A reflexão é a parte prática da Filosofia e é com ela que perguntamos sobre os costumes que são adotados por uma época e abandonados em outra. Costumes que a sociedade, aos poucos, vai alterando à medida que outros costumes vão se construindo de forma quase que imperceptível. São perguntas sobre por que agimos assim e não de outra maneira. Pode-se ainda afirmar que a ética é a ciência, o conhecimento da conduta humana. A ética não estuda os costumes regionais e históricos de um determinado povo. Essa área é da antropologia. A ética, por sua vez, estuda a conduta do ser humano de um modo geral, amplo. Alonso, López e Castrucci asseguram:

Ética é a ciência humana, segundo o bem e o mal, com vistas à felicidade. É a ciência que estuda a vida do ser humano, sob o ponto de vista da qualidade da sua conduta. Disto precisamente trata a Ética, da boa e da má conduta e da correlação entre boa conduta e felicidade, na interioridade do ser humano. A ética não é uma ciência teórica ou especulativa, mas uma ciência prática, no sentido de que se preocupa com a ação, com o ato humano.¹⁹

Os autores acima ensinam que a ética está no âmbito da prática, do exercício em busca de uma boa conduta. Esta é a ideia de Aristóteles (século IV a. C), que no Ocidente é considerado o pensador que se dedicou aos estudos da ética. Para o filósofo da Antiguidade Clássica, ninguém nasce com a essência da boa conduta, mas aprende-se ao longo da vida. Por isso, a ética é um exercício prático sendo que a prática é meio, o único meio de alcançar a felicidade porque esta é a finalidade da vida. Todo ser humano quer ser feliz e para ser feliz é preciso cultivar o hábito do bem agir.

Feitas explicações preliminares acerca da ética filosófica, ainda existe a ética *deontológica*, que é a ética prescrita, ou seja, o código de ética de algumas profissões. Esse tipo de ética manifesta-se, portanto, no agir do sujeito quando ele começa a estabelecer vínculos sociais e se torna gregário na garantia da sobrevivência do grupo e de si mesmo. É na dimensão social cotidiana que se manifesta a questão do bem e do mal e os valores que norteiam as escolhas do sujeito que vai construindo e significando os conceitos de um comportamento que, ao longo da história, se constitui em valores almeçados e consolidados em sociedade e por ela, também, modificados. Como escreve Cordi:

¹⁸ JAPIASSU; MARCONDES, 2001, p. 93.

¹⁹ ALONSO, Félix; LÓPEZ, Francisco Granizo; CASTRUCCHI, Plínio de Lauro. *Curso de Ética em Administração*. São Paulo: Atlas, 2006. p. 03.

[...] no âmbito das relações sociais surgiu a questão do bem e do mal e se elaboraram as ideias de honestidade, fidelidade, liberdade e justiça. Consequentemente, instituíram-se leis para controlar e punir aqueles que não respeitassem os valores considerados bons para a convivência social.²⁰

Desde a tradição grega até os dias atuais, os valores morais são objetos de reflexão com a finalidade de dar um ordenamento à vida em sociedade. Os mitos, antes mesmo de Sócrates, já apresentavam em seu discurso uma construção com tais finalidades. Uma das características da narrativa mitológica era, juntamente, a de promover uma organização social a partir de regras de conduta.

Pode-se entender de forma resumida, por enquanto, que ética é o conjunto de reflexões sistemáticas sobre a moral e elaboradas ao longo da história da humanidade. Moral, por sua vez, é o conjunto de normas que uma sociedade elabora para regular o comportamento dos indivíduos e organizar a sociedade.

Na Grécia Antiga, a ética surge com Sócrates no mesmo período das mudanças políticas promovidas por Sólon. Como explica Cordi, “[...] o problema moral se vincula com os problemas do homem na vida pública, a partir da qual se elaboraram as noções de liberdade e justiça, e se reflete na relação entre indivíduo e comunidade”.²¹ Em cada esquina que parava ou em praça pública, Sócrates indagava a todos que lhe davam atenção. As perguntas eram embaraçosas porque remetiam ao exercício da busca de uma consciência moral e orbitavam em torno dos valores disseminados na sociedade grega que todos respeitavam e seguiam. As perguntas que ele fazia eram, em princípio, simples, mas à medida que o interlocutor as respondia iam se tornando complexas. Esse era o método socrático denominado de Maiêutica. As perguntas eram: “o que é coragem?”, “a justiça?”, “a amizade?”, “o amor?”. Todos respondiam que eram virtudes. Sócrates indagava novamente: o que é a virtude?

Sócrates inaugurou a ética e Aristóteles a colocou no âmbito prático. No pensamento aristotélico há uma distinção importante no campo filosófico: o saber teórico e o saber prático. O primeiro, o saber teórico, diz respeito aos fenômenos que existem independentemente de nossa vontade ou interferência (como é o caso da chuva). Já o saber prático é uma consequência de nossas ações, intervenções ou escolhas pessoais. Aristóteles colocou a ética no âmbito do saber prático que, nesse sentido, é práxis (a prática com reflexão, consciente). Como explica Chauí:

²⁰ CORDI, Cassiano. *Para Filosofar*. São Paulo: Scipione, 2007. p. 61.

²¹ CORDI, 2007, p. 64.

Na práxis, o agente, a ação e a finalidade do agir são inseparáveis. Assim, por exemplo, dizer a verdade é uma virtude do agente, inseparável de sua fala verdadeira e de sua finalidade, que é proferir a verdade. Na práxis ética somos aquilo que fazemos e o que fazemos é a finalidade boa ou virtuosa.²²

Para Aristóteles, a finalidade de vida virtuosa é a felicidade. Ou seja, ao fim e ao cabo todo ser humano deseja ser feliz! Como então alcançar a felicidade? Em primeiro lugar é preciso saber o que é a felicidade e em que âmbito ela está. Somos seres humanos oriundos de diversas culturas e uma delas é a cultura do desenvolvimento ilimitado. As sociedades em que estamos inseridos atualmente e nas quais vivemos são responsáveis por criar culturas de produção e consumo, instituindo uma ideia de natureza que nada mais é do que uma criação humana, pois cria pilares estabelecendo relações materiais, espirituais e culturais. Assim, toda cultura só faz sentido para quem nela vive.

Segundo Laraia, há uma relação da diversidade com o aspecto cultural, de onde procede o que a antropologia conceitua como etnocentrismo:

O fato de que o homem vê o mundo através de sua cultura tem como consequência a propensão em considerar o seu modo de vida como o mais correto e o mais natural, produzindo, muitas vezes, relações conflituosas entre os diferentes grupos humanos. Esta compreensão de que o “outro” vive de modo “errado” ou “atrasado”, por exemplo, reflete um posicionamento etnocêntrico. Etnocentrismo é um conceito importante para a antropologia, que precisa ser estudado e compreendido, a fim de evitar comportamentos preconceituosos e conflitantes nas relações entre os diferentes grupos sociais.²³

A referência ao ser humano como sujeito aparece nas obras antropológicas que entendem este ser humano como fruto da interação entre sua subjetividade e sua objetividade. A noção de sujeito antropológico refletia a complexidade do sujeito que não é autônomo e autossuficiente, como defendido pelo Iluminismo, mas construído na relação com outras pessoas, que teriam o papel de mediar a relação entre o sujeito e o mundo, auxiliando o sujeito em sua ação no sentido da atribuição e entendimento dos valores, dos sentidos e dos símbolos à cultura. Nessa concepção antropológica, a identidade cultural é um elo entre o espaço interior e o exterior, entre o mundo pessoal e o mundo público procurando estabelecer um equilíbrio entre estes dois mundos, uma vez que na medida em que interagimos com o mundo, tornando-o parte de nós, deixamos nele nossas marcas. A identidade e diversidade cultural, então, une o sujeito à estrutura social mais ampla, tornando ambos reciprocamente mais unificados, idênticos e previsíveis.

²² CHAUI, Marilena. *Convite à Filosofia*. São Paulo: Ática, 2001. p. 341.

²³ LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. 11. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1996. p. 75.

Conforme assinala Albiazzetti,²⁴ outro ponto fundamental para a ciência antropológica é que não se pode comparar culturas distintas e falar que uma é mais complexa e elaborada que a outra. Todos os seres humanos aprendem, de uma forma ou de outra, a seguir regras, desempenhar papéis sociais, respeitar certos valores e manter o padrão de comportamentos culturalmente aceitos por seus pares. Isto faz com que haja semelhanças nos modos de ser, de pensar, de sentir, de agir no mundo por parte dos indivíduos que compartilham uma mesma cultura. Dentro dessa perspectiva cultural, Cordeiro, baseado nas ideias de Leonardo Boff, elenca sete desafios para a vida humana na terra:

1. Os dados do Painel Intergovernamental das Mudanças Climáticas (IPCC), órgão da ONU que acompanha os climas da Terra, nos mostram que não estamos indo ao encontro do aquecimento global. Já estamos dentro dele. [...]
2. Cresce a consciência de que só temos uma única Casa Comum, o planeta Terra. Formamos, como espécie, uma única humanidade. Temos um destino comum, Terra, humanidade e Igreja. Precisamos incorporar a visão que os astronautas nos legaram: vistas da Lua ou das naves espaciais, não há diferença entre Terra e Humanidade. Formamos uma única entidade complexa. Como humanos somos parte da Terra, melhor, numa perspectiva que considera a evolução, começou a sentir, a pensar, a amar, a venerar. [...]
3. Portanto, o sistema Terra – humanidade está ameaçado pela atividade irresponsável dos seres humanos. Já ocupamos 83% do planeta e o exploramos irresponsavelmente a ponto de a Terra ter passado em 20 % sua capacidade de suporte e de regeneração. [...]
4. Precisamos de uma coalizão ética e espiritual entre todos para garantir o futuro comum. As Igrejas são desafiadas a empenhar-se, junto com outras religiões e tradições espirituais, nessa missão messiânica, portadoras que são da herança sagrada de Jesus [...]
5. Para estarem à altura deste desafio, as Igrejas devem entrar em diálogo cultural e salvífico com as várias culturas, filosofias e religiões da humanidade [...]
6. Nesse diálogo para fazer da Terra verdadeiramente a Casa Comum, na qual todos possam caber, juntamente com os demais representantes da comunidade da vida (seres vivos, plantas, microorganismos), a Igreja deve munir-se de coragem e ousadia.
7. A situação mundial é de crise e não de tragédia. Estamos fazendo uma páscoa, uma passagem e travessia do local para o global, do nacional para o mundial, do indivíduo para a humanidade, e da humanidade para a Terra, e da Terra para o universo, e do universo para Deus, a Fonte originária de todo ser [...].²⁵

Considerando este panorama amplo da questão ambiental, nossa reflexão se voltará para o ambiente amazônico e nele para a questão da agricultura, pois é sabido que um dos ramos que exemplifica o cuidado com o meio ambiente é a agricultura familiar. A partir dos anos 1990 vem se observando um crescente interesse pela agricultura familiar no Brasil. Este interesse se materializou em políticas públicas, como o PRONAF (Programa Nacional de

²⁴ ALBIAZZETTI, Giane. *Antropologia*. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009. p. 12.

²⁵ CORDEIRO, Valdecir Luiz. *Do Ventre da Terra, o grito que vem da Amazônia*. São Paulo: Paulus, 2008. p. 95-98.

Fortalecimento da Agricultura Familiar) e na criação do MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário), além do revigoramento da Reforma Agrária. A elaboração de políticas públicas positivas visando à agricultura familiar e à Reforma Agrária teve por base a pressão das lutas e reivindicações feitas pelas organizações de trabalhadores rurais, bem como o debate fomentado pelos movimentos sociais. Estão também colocadas sob construções conceituais pensadas e sugeridas pelo meio acadêmico brasileiro e apoiadas em propostas interpretativas provenientes de agências multilaterais do tipo Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) e o Banco Mundial.

Pode-se dizer que a proposta do modelo familiar constitui uma forma característica da maneira como acontece a concatenação do trabalho à gestão, à especificidade diretiva dos processos produtivos levados a cabo pelos donos do empreendimento, à intensidade posta na variação produtiva, à resistência dos meios e à percussão da qualidade de vida, bem como o aproveitamento da mão de obra assalariada em complementaridade e a rápida necessidade de tomar decisões, relacionadas com o nível exigente de prever reveses produtivos.²⁶

A agricultura familiar não é uma categoria social recente, nem a ela corresponde uma categoria analítica nova na sociologia rural. No entanto, sua utilização, com o significado e abrangência que lhe tem sido atribuído nos últimos anos, no Brasil, assume ares de novidade e renovação.²⁷

Outra importante questão ligada ética na agricultura familiar é a sua associação ao espaço geográfico de seu desenvolvimento, pois possibilita um melhor aproveitamento da alocação populacional ao espaço territorial, comparada com o modelo de agricultura patronal, sempre relacionada ao latifúndio e à monocultura. O debate a respeito da contextualização de uma economia sustentável precisa passar necessariamente por este raciocínio de caráter ético, uma vez que a sustentabilidade no seio da agricultura necessita de um aporte moral sem o qual o ecossistema tende a colapsar, gerando demandas e lutas sociais. Quando se fala em sociedade sustentável, isso quer dizer que está se falando da própria sobrevivência dos variados grupos nesta mesma sociedade. A sustentabilidade é o lado reverso do desenvolvimento, sem o qual a construção de uma sociedade pautada pelo consumo não se sustenta. Porém, quando se fala em desenvolvimento sustentável na agricultura, em sentido macrossocial, é preciso ter em mente que a ideia fundamental a ser tratada está relacionada

²⁶ FAO/INCRA, 1994.

²⁷ WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. *Agricultura Familiar no Brasil: um espaço em construção*. São Paulo: Unicamp, 2001. p. 21.

àquilo que potencializa o desenvolvimento holístico, àquilo que galvaniza as qualidades dos vários atores sociais e problematiza propositivamente as limitações que são encontradas no próprio ecossistema. Daí a questão ética ser tão fundamental. Por isso, ao se falar em sustentabilidade, no caso particular do Brasil, ergue-se como *schibollet* ético do debate a questão da *Reforma Agrária*.

A proposta de agricultura familiar, inserida às sociedades com maior desenvolvimento industrial, na perspectiva de Abramovay, firma um modelo agrícola bem diverso daquele modelo clássico de campesinato. Tal modelo era entendido como “sociedades parciais com uma cultura parcial, integrados de modo incompleto a mercados imperfeitos”, figurando modos sociais pautados pelo personalismo das relações sociais e fincados num anarquismo produtivo dissociado da racionalização dos custos, enquanto o modelo de agricultura familiar estaria “[...] altamente integrada ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder às políticas governamentais [...] Aquilo que era antes de tudo um modo de vida converteu-se numa profissão, numa forma de trabalho”.²⁸

A partir dessa distinção histórica e ética dos modelos considerados aqui, a saber, a diferenciação entre um modelo voltado para a produção de monoculturas e para a racionalização do lucro, tendo por consequência mudanças drásticas no desenho demográfico e social, e um modelo direcionado para o equilíbrio entre os atores do ecossistema, seres humanos e biodiversidade, importa considerar que a qualidade de vida dos agricultores envolvidos neste último modelo se posta como essencial, objetivando-se a minimização dos impactos ambientais realizados pelos agricultores familiares na sua vinculação ao modo de produção de subsistência e itinerante.

A estrutura fundamental da agricultura familiar está constituída no preparo do solo. A partir de perspectivas determinadas culturalmente, é que se escolhe a área a ser cultivada e o que será cultivado, quase sempre, um processo dissociado de critérios técnicos, o que implica na derrubada da mata, no brocamento e na queimada. Trata-se de um processo bem antigo, de cuja utilização os povos indígenas se caracterizavam e que hoje provoca danosos impactos ao meio ambiente. Depois de fazer culturas de subsistência (mandioca, milho, feijão e arroz) numa determinada área, dirige-se a outra área e assim por diante. Nesse processo contínuo, e com o passar do tempo, a qualidade do solo começa a demonstrar cansaço e a infertilidade se manifesta, levando os agricultores a se desfazerem de suas propriedades por causa da necessidade de sobrevivência. Dirigem-se, pois, às cidades, engrossando a migração

²⁸ ABRAMOVAY, Ricardo. *Construindo a Ciência Ambiental*. São Paulo: Annablume, 1992. p. 29.

do campo para a cidade. Tal descrição sumariza o cotidiano de muitas famílias de pequenos agricultores na história recente, e multiplicada, na região amazônica.

Ainda que os agricultores ligados à agricultura familiar não aceitem com facilidade as práticas de redução dos danos ao meio ambiente, é possível organizar modos de produção sustentável no campo, por meio de práticas de conservação do solo e das fontes de água, bem como pelo uso de produtos orgânicos que sejam propícios ao incremento do solo sem prejudicá-lo, usando métodos naturais na lavoura. Senão houver o manejo da terra sustentável, a tendência é a continuidade dos processos de êxodo rural.

A maneira para contrapor a mentalidade de dominação da terra é implementar melhores formas de educação ambiental nos processos produtivos. Isso implica num processo amplo e contínuo de educação e formação a respeito da interação mais qualificada dos agricultores com o meio ambiente, fazendo uso dos próprios meios que a terra e o ecossistema permitem, tais como uso dos nutrientes da terra e correspondência da cultura ao tipo de solo, etc. A ética assume, portanto, papel fundamental no processo de educação ambiental.

Por este viés, compreende-se que é preciso incentivar a utilização de produtos orgânicos, melhor trato cultural, racionalização de práticas de combate a pragas, abolição do fogo como método de limpeza do solo, além da compostagem orgânica. Nesse intuito, são conhecidas muitas experiências positivas de produtividade sustentável com agregação de valores tanto econômicos quanto ambientais.²⁹ Estas formas de equilíbrio agrícola possibilitam a proteção e restauração dos sistemas ecológicos, a prevenção de danos ao meio ambiente, a otimização dos processos de produção, consumo e reprodução, assim como a proteção das capacidades regenerativas da terra e, em última e fundamental instância, a permanência das famílias no campo de forma sustentável.

²⁹ VITAL, Tales; SAMPAIO, Yony. Agricultura Familiar e fruticultura irrigada – estudos de caso no nordeste. ANAIS DA ACADEMIA PERNAMBUCANA de Ciência Agrônômica, Recife, v. 4, p. 275-290, 2007. Disponível em: <<http://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/34643/1/AAPCA-V4-Artigo-02.pdf>>. Acesso em: 25 abr. 2015. Ver também GUARALDO, Maria Clara. Experiências bem-sucedidas de sistemas agroflorestais em climas semárido e subúmido. *Embrapa: Região Nordeste/Vale do Jequitinhonha: Viabilidade socioeconômico e ambiental da Agricultura de Baixo Carbono (ABC) em dois contextos climáticos diferentes*. Disponível em: <<http://hotsites.sct.embrapa.br/prosarural/programacao/2012/experiencias-bem-sucedidas-de-sistemas-agroflorestais-em-climas-semiarido-e-subumido>>. Acesso em: 22 abr. 2015.

2.2 A relação sustentável do ser humano com o meio ambiente: fundamentos bíblicos e ambientais

Para melhor retratar a relação da ética com a agricultura familiar é de vital importância conhecer os primeiros ensinamentos dessa união tão fundamental para o meio ambiente sustentável. É sabido que entre as populações camponesas há um forte senso religioso no trato com a terra. Cabe refletir sobre este aspecto da vivência cotidiana dessas pessoas, principalmente com famílias que trabalham na agricultura familiar. A Bíblia oferece diversas passagens que mostram a relação do ser humano com a terra. Como se pode fazer uso dessa sabedoria milenar no acompanhamento e elaboração de um projeto de agricultura familiar com alto grau de sentido ecológico?

A Bíblia é um grande livro que fala da vida a partir da história de um povo em sua caminhada com Deus. É uma obra de muitos séculos de história, que reúne sabedoria e espiritualidade válidas ainda hoje. Resumindo lendas, mitos e religiosidade de muitas culturas milenares, a Bíblia se transformou num livro que tem orientações sábias para o ser humano, não apenas no campo da espiritualidade, mas igualmente no campo da política, da economia, da justiça social e da relação do ser humano com a ecologia e o meio ambiente.

O biblista Milton Schwantes faz uma breve explanação sobre a vida no campo de acordo com o texto bíblico do livro de Gênesis:

No capítulo 2, é nos apresentada a vida no campo. Vejo que este capítulo enfoca a vida das pessoas em três dimensões principais.

Primeiro: a pessoa se realiza no convívio com a terra, a qual é espaço da sua existência. O jardim como que está plantado em torno da pessoa. Ela é “pó da terra” (2,7). A terra é trabalhada para dar o alimento. No jardim, há trabalho. O v. 15 afirma-o expressamente. A pessoa está no jardim “para o cultivar e o guardar”. “Guardar” designa a função de proteção que o lavrador realiza em relação a plantas e árvores. “Cultivar” expressa a dimensão produtiva, porque o verbo hebraico usado designa em sua forma substantivada o “escravo”. “Guardar” se relaciona, pois, às necessidades da própria natureza. “Cultivar” tem a ver com o atendimento das necessidades do próprio lavrador. Em ambas as direções, o trabalho junto à terra é criativo. Não é alienado, pois tem diante de si o resultado e dele usufrui.

Segundo: a relação com os animais é de profunda ternura. Estes fazem parte da vida da pessoa. Em 2,18–20, isto é apresentado com impressionante delicadeza. Por um lado, pessoas e animais são tão similares que Deus chega a buscar entre eles a “auxiliadora” para o homem. Haveria melhor maneira de expressar que nós seres humanos, de fato, somos irmãs e irmãos dos animais? Aliás, a extrema proximidade entre pessoas e animais também é testemunhada em outros textos. [...]

Terceiro: mulher e homem se complementam. Essa complementaridade na diferença é formulada a partir do mundo da mulher e do homem. [...]

As três dimensões do projeto do campo – relação íntegra com a terra e o trabalho; relação de amizade com os animais; relação de companheirismo entre mulher e homem – podem ser resumidas, de acordo com o cap. 2, na categoria da lei.³⁰

Algumas exigências da sabedoria bíblica não podem ser entendidas como sugestões, mas como imperativos éticos, sociológicos e políticos, para qualquer cultura. Podemos relacionar as seguintes:

- A consciência de ser criatura à imagem e semelhança de Deus (Gênesis 1.26).
- Saber que virão outros depois de mim. Não serei o último nem o único a ter direito a esses benefícios.
- A natureza se vingará sempre.
- A natureza segue os ciclos próprios a fim de manter seu equilíbrio.
- O ser humano é feito do barro, uma condição igual para todos. Ninguém tem data de validade estipulada ao nascer. O barro exige uma reflexão profunda sobre a temporalidade, a finitude e a efemeridade de muitas coisas. Por isso, vale a pena viver para a felicidade e a solidariedade, na harmonia cósmica (Romanos 12,1ss; 8.18-25).
- A inteligência e o “sopro divino”, que muitos chamam de alma, espírito, “energia”, pedem um olhar sábio sobre o lugar e a forma de vida no universo.
- Na mesma dimensão em que se dá o processo evolutivo (Darwin), o ser humano necessita conhecer-se, conhecer o outro e conhecer o sentido da vida orientado por Deus, pela espiritualidade e pelo amor.
- O universo, como obra do Criador, é harmonia, integração, um *paraíso*. A desarmonia, o sofrimento e a dor são sinais do pecado e da maldade humana.
- O bem e o mal são opções do ser humano, mas o ultrapassam e se tornam dimensões constitutivas da vida e de estruturas históricas.

Nesse contexto, a tentação é sinal da renúncia ao bem e do serviço ao mal. A serpente do Gênesis revela a forma da linguagem do mal: encanta, seduz, arrasta para o culto de si próprio, dos próprios desejos, ambições e potencialidades, rejeitando a humildade, a solidariedade e o bem comum. A soberba é o endeusamento de si próprio e a negação da

³⁰ SCHWANTES, Milton. *Gênesis 1-11: Vida, Comunidade e Bíblia*. São Leopoldo: Centro de Estudos Bíblicos, 2007. p. 61.

dignidade do outro. Se alguém acredita absolutamente em si, deixa de obedecer a orientações de outros. É a pretensão de ser igual a Deus ou ser deus em si mesmo (Gênesis 3.1-11). Seguem alguns apontamentos que explicitam melhor o que vimos comentando:

- A Bíblia apresenta o conceito de Criação como vínculo com um ser Único, com dignidade e nobreza para todos os outros seres. Sendo um único ser Criador, a orientação é igual para todas as criaturas, sem diferença de cor, raça, sexo ou cultura (Gálatas 3.28). É a pedagogia do amor supremo e da responsabilidade com a harmonia cósmica (Mateus 22.34-40; Romanos 13.8-10, 1 João 4.16).
- O meio ambiente não pode ser cuidado com critérios utilitaristas. Cultivar a terra é a missão do ser humano, mas a terra não é dele, não lhe pertence, não pode ser levada para a sepultura.
- A inteligência e a vontade voltadas para o desenvolvimento são dons de Deus, mas tudo deve estar orientado para o *cultivo e o cuidado* com o Jardim, que é de Deus (Gênesis 2.15).
- A produção de bens não pode ser uma questão de mercado, apenas, mas um processo de maturidade humana e responsabilidade social e política.
- A ecologia precisa partir da contemplação: tudo fala de Deus; tudo se relaciona com o outro; todas as criaturas formam a harmonia (ou inversamente, a desarmonia) da Criação.
- Deus é tudo em todas as criaturas. O que foi feito para uma pessoa, um povo, também repercute na vida dos outros, ontem, hoje e amanhã.

Completando as informações acima, Souza e Caravias afirmam que “todos que querem aprofundar o problema da terra, na Bíblia, concentram sua atenção, em primeiro lugar, na conquista da terra de Canaã pelos Hebreus”.³¹ Isso ocorre devido ao fato de a religião de Israel ser uma religião de dominados, ao contrário da religião de Baal, que é de dominadores. Havia uma íntima relação entre o javismo (a fé no Deus Javé) e a sociedade que estava sendo construída. Por isso, qualquer fortalecimento ou enfraquecimento da fé em Javé se refletia na sociedade, e o mesmo vice-versa. “Os hebreus necessitavam desta fé, pois ela

³¹ SOUZA, Marcelo de Barros; CARAVIAS, José L. *Teologia da Terra*. Petrópolis: Vozes, 1988. p. 139.

estimulava a sociedade fraterna que buscavam e a unidade contra as tendências internas e externas que procurassem a decomposição do ideal pelo qual lutavam”.³²

Em síntese, pode-se afirmar que a relação da Bíblia com a Ecologia e Meio Ambiente obedece a uma máxima inexorável: “Lembra-te que és pó e ao pó voltarás!” (Gênesis 2.7). A morte é a sentença mais justa que acontece a todos os mortais, nivelando ricos e pobres, magnatas e beduínos, inteligentes e incultos, crentes ou ateus. Respeitar a natureza, como Criação, não é apenas uma questão de religião, mas consciência da relacionalidade de tudo o que existe, da transitoriedade da vida e de que nus viemos e assim voltaremos para a terra. Isto significa dizer que a simplicidade é o melhor caminho para a felicidade, aqui e no além.

Souza e Caravias explicam:

Como sinal da propriedade do Senhor sobre a terra, a Lei mandava consagrar a Ele as primícias do solo e dar à terra e a todos que nela trabalhavam o ano de descanso sabático (cf. Ex 23,11.19). Ao mesmo tempo em que eram sinais religiosos, esses costumes olhavam a situação dos que acabavam ficando sem terra, seja por guerras, por secas ou dívidas. No Deuteronômio, a terra desempenha um papel muito grande. O livro se apresenta como um discurso de Moisés antes de sua morte. O povo estaria em Moab, a ponto de cruzar o Jordão para empreender a conquista de Canaã. Esta verdadeira teologia da terra que constitui o livro do Deuteronômio serviu para levantar o moral do povo de Judá em defender sua terra das invasões assírias na época do rei Josias. [...] É no Levítico 25 que estão mais explicitadas as leis sobre o ano sabático e o ano do jubileu. O ano sabático era, parece, costume normal naquela época: deixar a terra livre periodicamente. O que é novo em Israel é que, no ano da liberdade da terra, os pobres podem comer livremente do que a terra produzir sem que os donos ponham restrições.³³

É importante ressaltar que existe um enorme leque de outros temas importantes relacionados à educação ambiental no contexto bíblico. Porém, como não são salutareos os profetas de sonhos exagerados, desejamos destacar a relevância, dentro da temática, dos compromissos da humanidade como um todo e da responsabilidade de cada um de nós. Educação ambiental exige despir-se do peso imaginário de tarefa impossível, sem desmerecer a perspicácia crítica diante de suas várias entradas. Voltando à análise da questão da terra na Bíblia, Souza e Caravias asseguram que “o povo é como posseiro na terra de Deus. Pode usar, trabalhar, cultivar e habitar a terra”.³⁴

Viver em harmonia com a natureza se mostra mais difícil do que parece. Da mesma forma como aconselhamos uma postura ética, bem mais do que a praticamos, preservação

³² SOUZA; CARAVIAS, 1988, p. 153.

³³ SOUZA; CARAVIAS, 1988, p. 153.

³⁴ SOUZA; CARAVIAS, 1988, p. 152.

ambiental é algo que preferimos pregar a praticar. A problemática a ser explorada aqui tem como base que experiências formativas contribuem para criar desejos em direção à superação de entraves teóricos, filosóficos, teológicos e práticos, que ainda abastecem a ganância utilitarista e dominadora nas relações humanas para com a natureza. Por isso procuramos verificar as possibilidades de vivenciar experiências de formação que permitam a criação de atitudes de cuidado e preservação da natureza, a partir do trabalho com a terra e da cooperação com as pessoas.

Já não é novidade que a civilização humana está em crise. O bem estar material a que chegamos não necessariamente trouxe o bem estar mental e espiritual, não esquecendo o fato de que os benefícios da sociedade tecnológica atual são mal distribuídos e desigualmente acessíveis às pessoas. Prova disso são os consumos desenfreados de drogas, ansiolíticos, antidepressivos e remédios para dormir, e ao mesmo tempo as carências básicas de milhões de brasileiros em termos de alimento, casa, educação, saúde, trabalho, perspectivas de futuro. O desenvolvimento econômico não trouxe o desenvolvimento moral nem a justiça distributiva.

Leonardo Boff nos desafia a refletir sobre a dimensão ética e sobre a necessidade de uma espiritualidade que a conduza a transformar a realidade a partir de ações práticas:

Somente a ética não dá conta dos problemas mundiais. Assim como uma estrela não brilha sem aura, assim uma ética não será assumida se não estiver imbuída de espiritualidade. A espiritualidade é a aura da qual vive a ética, quer dizer, do cultivo de valores e motivações que vão além dos interesses pessoais e coletivos, e se ancoram no caráter precioso da realidade, na gratuidade do bem e da natureza ao Todo e a Deus. A espiritualidade não é o monopólio das religiões, mas um dado universal da condição humana. Ela surge no momento em que a consciência se sente parte de um Todo, que a desborda por todos os lados, e quando identificamos aquela Presença, que se esconde por detrás do Todo que é Deus. Espiritualidade é mais que pensar em Deus, é sentir Deus em todo o ser, não é falar sobre, mas falar com Deus e a Deus, a partir do próprio coração e junto com os outros.³⁵

Eva comeu o fruto da árvore proibida, que segundo uma versão popular foi uma *maçã*. Mas quem acrescentou esta maçã? Conforme esclarece Assmann,³⁶ na versão original do relato bíblico não consta a palavra maçã. Ela foi introduzida posteriormente, com base no latim, a partir do substantivo *malum* – o mal – e a sua forma acusativa *malus* que corresponde a *malume*, *mali*, de onde temos a conhecida maçã, em português.

Importa entender que o conhecimento que gera ciência e tecnologia e que nos faz crer podermos conseguir tudo o que desejamos também precisa perceber que as

³⁵ BOFF, 2008, p. 104.

³⁶ ASSMANN, Hugo. *A Nova Fase do Capitalismo Mundial*. São Paulo: Vozes, 2004. p. 61-90.

consequências desse desejar tudo têm gerado mais dor e sofrimento do que queremos ou podemos aceitar. Dito de outra forma: em todos os lugares aonde os bens materiais chegaram, também chegou o mal, ou como no latim antigo, a sua forma acusativa *malus* – mal – que corresponde a *malume, mali*, maçã. Por isto, vale acrescentar: muito antes de o fruto proibido ser uma maçã, ele simbolizava o acesso à “árvore do conhecimento do bem e do mal”, algo somente permitido a Deus. Também é importante salientar a falsidade da ligação, porque não presente na versão bíblica original do livro do Gênesis 2, da serpente como figurativa do demônio.

A serpente é símbolo de *conhecimento* – uma conotação com o misterioso, ou seja, conhecimento ainda não acessível – em muitas culturas. Em culturas indígenas, por exemplo, a cobra sucuri era consultada em relação a saberes ocultos ou desconhecidos. Maçã, serpente, culpabilização da mulher (que teria corrompido o homem) são versões patriarcais que estigmatizaram as mulheres como responsáveis por todos os males e misérias da humanidade, inclusive pela expulsão do Jardim do Éden. Quando a mulher acessa o fruto proibido – conhece o bem e o mal -, Deus fica furioso e condena os seres humanos ao sofrimento.³⁷

Uma vez adquirido o conhecimento, o ser humano sofre. O trabalho o escraviza. Em decorrência, surge uma interpretação para que o homem escravize a mulher. A relação homem-mulher-natureza não é mais de integração e, sim, de dominação. O desejo dominante agora é o do homem. O desejo da mulher será para sempre carência, e é esta paixão que será o seu castigo. Daí em diante, ela será definida pela sexualidade e o homem pelo trabalho,³⁸ interpretação que atualmente a teologia feminista desconstruiu com uma nova visão do papel e da identidade das mulheres.³⁹

No mito grego de Pandora (Pandora – a presenteada por todos; *pan*, tudo; *dóron*, dons = toda dons), ela é a responsável pelos males do mundo por ter aberto o vaso onde Zeus havia encerrado as misérias e os males.⁴⁰ A culpabilização da mulher por todos os males da humanidade é uma evidente versão patriarcal. Zeus, irado pela mudança de lado de Prometeu, criou a mulher e esta libertou os males que até então estavam guardados. Segundo a versão original do mito, a mulher é fruto da vingança divina, um presente recusado por Prometeu, mas aceito por seu irmão Epimeteu, para enganar.

³⁷ PAGELS, Elaine. *Além de toda a crença*. São Paulo: Objetiva, 1992. p. 67-72.

³⁸ PAGELS, 1992, p. 67.

³⁹ GEBARA, Ivone. *Teologia ecofeminista*. São Paulo: Olho d'Água, 1999; GEBARA, Ivone. *As incômodas filhas de Eva na Igreja da América Latina*. São Paulo: Paulinas, 1989.

⁴⁰ ASSMANN, 2004, p. 87.

Para F. Capra,⁴¹ a tradição judaico-cristã criou um deus masculino. Ele fala dessa estreita relação de violência e exploração da mulher e da natureza. A exploração da natureza tem andado de mãos dadas com a das mulheres, que têm sido identificadas com a natureza ao longo dos tempos. Desde remotas épocas, a natureza – e especialmente a terra – têm sido vistas como uma nutriente e benévola mãe, mas também como uma fêmea selvagem e incontrolável. Sob o patriarcado, a imagem benigna da natureza converteu-se numa imagem de passividade, ao passo que a visão da natureza como selvagem e perigosa deu origem à ideia de que ela tinha de ser dominada pelo homem. Ao mesmo tempo, as mulheres foram retratadas como passivas e subservientes ao homem. Esta visão patriarcal causou muitos problemas na história da humanidade, especialmente para as mulheres, de tal forma que mesmo na atualidade, ela ainda se faz presente entre nós. Não por acaso, as teólogas feministas trabalham com a ideia de uma “fenomenologia do mal” associada a esta tradição patriarcal.⁴²

Com o surgimento da ciência newtoniana, a natureza tornou-se um sistema mecânico que podia ser manipulado e explorado, o que coincidiu com a manipulação e a exploração das mulheres, com graves consequências para uma compreensão distorcida do que é ser masculino, *homem*. Nesse sentido vale recordar o que Cordeiro afirma:

A dimensão espiritual é despertada quando resgatamos o princípio feminino, presente no homem e na mulher, que foi durante séculos recalçado ou tornado invisível socialmente. O princípio feminino, presente no homem e principalmente na mulher, é aquela energia que nos faz sensíveis aos valores da interioridade, da gratuidade, do cuidado, da vida e da comunhão, e que nos faz captar as mensagens vindas da realidade, que nos permitem entender os símbolos e nos abrem para o mistério da vida e de Deus. Durante séculos, temos vivido sob a hegemonia do masculino (presente no homem e na mulher), que responde pela razão analítica, pelo uso do poder e pela busca do mundo exterior. Hoje, ambos os princípios devem ser integrados, mas a partir do polo que a nossa cultura menos cultivou, que é o feminino. Então teremos uma experiência mais completa e integral do ser humano, homem e mulher.⁴³

Com relação ao cultivo do solo e a criação de animais para a sua sobrevivência, observamos que nos primórdios o ser humano foi atrás da sua alimentação para o seu sustento na natureza, sendo extrativista, vivendo da coleta de frutos, grãos, raízes e outros produtos naturais. Nossos ancestrais eram pessoas que não tinham moradia fixa, ou seja, nômades. As pessoas abrigavam-se em um lugar, ao acabar a comida elas se mudavam por falta de

⁴¹ CAPRA, Fritjof. *Alfabetização Ecológica*. São Paulo: Cultrix, 2002. p. 37-38, 82.

⁴² GEBARA, Ivone. *Rompendo o silêncio*. Uma fenomenologia feminista do mal. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

⁴³ CORDEIRO, 2008, p. 105.

alimentos, impossibilitadas de estabelecer no local sua morada (abrigar-se, proteger-se e constituir família). Só muito depois, talvez , milhares de anos, o ser humano descobriu e desenvolveu formas de cultivo do solo e sua guarda, para a produção de alimentos agrícolas, como também a criação de animais domésticos, próximo da moradia, para facilitar o acesso à alimentação, porém com muito suor e labuta para ganhar do solo o sustento. É a conhecida *revolução agrícola* que marca um novo período na história da humanidade sobre a terra. Podemos constatar essa trajetória dos primeiros cultivadores da terra no Antigo Testamento.

[...] não existia ainda sobre a terra nenhum arbusto nos campos, e nenhuma erva havia ainda brotado nos campos, porque o Senhor Deus não tinha feito chover sobre a terra, nem havia homem que a cultivasse; [...]. O Senhor Deus tomou o homem e o colocou no jardim do Éden, para cultivar o solo e o guardar. E disse em seguida ao homem: “Porque ouviste a voz de tua mulher e comeste do fruto da árvore que eu te havia proibido comer, maldita seja a terra por tua causa. Tirarás dela com trabalhos penosos o teu sustento de todos os dias de tua vida. Ela te produzirá espinhos e abrolhos, e tu comerás a erva da terra. Comerás o teu pão com o suor do teu rosto, até que voltes à terra de que foste tirado; porque és pó, e pó te hás de tornar” (Gênesis 3.17-19).

A Bíblia nos relata que o ser humano sempre teve a necessidade de cultivar o solo com plantas para o seu sustento. Mas o ser humano ampliou sua produção e diversificou suas culturas alimentares e florestais plantadas, aprendendo cada vez mais como lidar com o solo, criando maneiras de adequar os diversos tipos de plantas ao clima de cada lugar, solo e relevos. Ele teve, assim, que adquirir conhecimento de como se adequar, conservar e preparar o solo (arar, adubar, fazer curva de nível, como conhecemos hoje), plantar (escolha da planta, espaçamento), tratar (irrigar, limpar, eliminar e/ou controlar as pragas e doenças) e colher a sua produção. Assim também, ter o domínio para saber cuidar (alimentar, tratar e manejar) e domesticar animais para seu sustento e auxílio em suas tarefas diárias. No relato bíblico de Abel e Caim no livro de Gênesis está escrito que aprenderam a criar animais e a cultivar a terra:

E [Eva] deu em seguida à luz Abel, irmão de Caim. Abel tornou-se pastor de ovelhas e Caim, lavrador. Passado algum tempo, ofereceu Caim frutos da terra em oblação ao Senhor. Abel, de seu lado, ofereceu dos primogênitos do seu rebanho e das gorduras dele; e o Senhor olhou com agrado para Abel e para sua oblação (Gênesis 4.2-4).

No livro do Deuteronômio, podemos observar com bastante ênfase a sustentabilidade do ser humano advinda do cultivo das plantas, na medida em que as trate de modo correto contra as pragas e doenças existentes:

O besouro consumirá todas as árvores e todos os frutos de teu solo. [...] Ela devorará o fruto de teus rebanhos e os produtos de teu solo, até que sejas aniquilado, e nada te deixará, nem trigo, nem vinho, nem óleo, nem a cria de tuas vacas, nem os filhotes de tuas ovelhas, até a tua ruína. [...], o Senhor te ferirá, bem como a tua posteridade, com pragas extraordinárias, pragas grandes e permanentes, doenças perniciosas e pertinazes (Deuteronômio 28.42, 51, 59).

Isto é também reafirmado nos livros de 1 Reis, 2 Crônicas, Salmos, Sabedoria, Amós e Ezequiel:

Quando vierem sobre a terra a fome, a peste, a ferrugem, a mangra, os gafanhotos; quando o inimigo cercar o povo nas cidades; quando houver qualquer flagelo ou epidemia (1 Reis 8.37).

Quando eu cerrar o céu e não houver mais chuva, quando ordenar aos gafanhotos que devorem a terra, ou quando enviar a peste contra meu povo (2 Crônicas 7.13). (...) quando entregou suas colheitas aos pulgões, e aos gafanhotos o fruto de seu trabalho (Salmo 77.46).

A seu mando vieram os gafanhotos, e lagartas em quantidade enorme (Salmo 104.34).

Quanto a eles as mordeduras dos gafanhotos e das moscas os matavam e não se encontrou remédio para salvar sua vida, porque mereciam ser castigados por tais instrumentos (Sabedoria 16.9).

Eu vos feri com a ferrugem e a mangra no trigo; vossos numerosos jardins, vossas vinhas, vossas figueiras e vossos olivais foram devorados pelos gafanhotos; mas não vos voltastes para mim - oráculo do Senhor (Amós 4.9).

Farás contra ela trabalhos de assédio, contra ela construirás terraços e trincheiras, estabelecerás campos e prepararás aríetes (Ezequiel 4.2).

Esta lista poderia multiplicar-se. Com certeza, pode-se afirmar que após o ser humano ter a consciência que a terra só produziria seus alimentos se ele cuidasse e plantasse os vegetais com zelo para ter boa safra (produção agrícola), com bons frutos de qualidade, como também para alimentar-se de carne e do leite de animais domésticos, era necessário cuidar muito bem tanto da terra quanto de suas criações. Assim relata o Gênesis:

Noé, que era agricultor plantou uma vinha (Gênesis 9.20).

Isaque semeou naquela terra, e colheu o cêntuplo naquele mesmo ano (Gênesis 26.12).

Isaque respondeu-lhe: “Eu o constituí teu senhor, e dei-lhe todos os seus irmãos por servos e o estabeleci na posse do trigo e do vinho. Que posso ainda por ti, meu filho?”. (Gênesis 27.37).

Um dia, por ocasião da ceifa, Rubem saiu ao campo e, tendo encontrado umas mandrágoras, levou-as à sua mãe Lia. Raquel disse a Lia: “Rogo-te que me dês as mandrágoras do teu filho” (Gênesis 30.14).

“Ouvi, disse-lhes ele, o sonho que tive: estávamos ligando feixes no campo, e eis que o meu feixe se levantou e se pôs de pé, enquanto os vossos o cercam e se prostravam diante dele” (Gênesis 37.6-7).

Também neste mesmo período de Jacó há evidência de criação de ovelhas (pastoreio), como indicam Gênesis, Deuteronômio, e outros escritos:

Eis a história da descendência de Jacó: José, ainda jovem, com a idade de dezessete anos, apascentava o rebanho com seus irmãos, os filhos de Bala e os filhos de Zelfa, mulheres de seu pai; e ele contou ao seu pai as más conversas dos irmãos (Gênesis 37.2).

[...], amando-te, abençoando-te e multiplicando-te: abençoará o fruto de teu ventre e o fruto do solo, teu trigo, teu vinho e teu óleo, as crias de tuas vacas e de tuas ovelhas, na terra que jurou a teus pais dar-te (Deuteronômio 7.13).

Será bendito o fruto de tuas entranhas, o fruto de teu solo, o fruto de teu gado, as crias de tuas vacas e de tuas ovelhas (Deuteronômio 28.4).

Com o decorrer dos tempos, o ser humano irá se aprimorando para criar seus animais e ter uma boa produção agrícola, com alguns critérios básicos, como a escolha do local mais apropriado para o plantio e as criações, a nutrição e, de importância fundamental, água em abundância e de boa qualidade para o bom desenvolvimento das plantas e dos animais. O ser humano percebeu que seu plantio devia se adequar de acordo com o período de incidência da chuva (tempo), para que as plantas não fiquem sem água, obrigando-o a fazer um bom planejamento para não faltar água na sua lavoura. Mais adiante percebeu também que, no período de estiagem (pouca chuva), são necessárias maneiras artificiais de suprir a falta de água nos plantios, sendo criadas técnicas eficazes de irrigação. Há inúmeros exemplos dessas práticas em povos antigos como na China, na África, na América Latina (Andes, Caribe), de modo que se pode afirmar que este conhecimento foi bem generalizado nas sociedades antigas. Foram inclusive encontradas soluções muito adequadas às necessidades daqueles povos, sem comprometimento do meio ambiente (cf. irrigação nos Andes).

Infelizmente, devido à existência de grandes variações de condições atmosféricas (neve, granizo, geada, raios e outros), ainda nos tempos atuais muitos agricultores perdem seus plantios e criações. Como já indicavam os livros de Gênesis, Êxodo, Números, Deuteronômio e Salmos, também esta experiência negativa era bem conhecida;

Ló, levantando os olhos, viu que toda a planície do Jordão era regada de água (o senhor não tinha ainda destruído Sodoma e Gomorra) como o jardim do Senhor, como a terra do Egito ao lado de Tsoar (Gênesis 13.10).

Em todo o Egito a chuva de pedras (granizo) feriu tudo o que estava nos campos, homens e animais, e feriu toda a erva dos campos e quebrou todas as árvores dos campos. [...] o linho e a cevada foram destruídos, porque o centeio estava espigando e o linho estava em flor; o trigo, porém, e o centeio se salvaram, porque são tardios. (Êxodo 9.25,31,32).

Lembramo-nos dos peixes que comíamos de graça no Egito, dos pepinos, melões, verduras, cebolas e alhos (Números 11.5).

Com efeito, a terra em que vais entrar para possuí-la, não é como o Egito de onde saíste, onde, depois de lançada a semente, devias regar a terra com a força de teus pés (maneira artificial de regar), como se rega uma horta. A terra que ides ocupar é uma terra de montes e vales, que bebe as chuvas do céu. É uma terra de que o Senhor, teu Deus, toma cuidado, e para a qual os seus olhos estão continuamente voltados do começo ao fim do ano. [...], derramarei sobre a vossa terra a chuva em

seu tempo, a chuva do outono e a da primavera, e recolherás o teu trigo, o teu vinho e o teu óleo; darei erva a teus campos para os teus animais, e te alimentarás até ficares saciado (Deuteronômio 11.10,11,12,14,15).

[...] quando arrasou suas vinhas com o granizo, e suas figueiras com a geada; quando extinguiu seu gado com saraivadas, e seus rebanhos pelos raios. (Salmo 77. 47, 48).

Há muito tempo o ser humano sabe que, para ter um cultivo agrícola diversificado ou criações de animais bem sucedidos, se faz necessário que tais atividades, além de serem qualificadas e competentes, tenham pelo menos um poço amazonas ou uma cisterna escavada, ou seja, uma técnica milenar de armazenamento de água de chuva em reservatórios construídos na propriedade. É esta providência que garante o sucesso de seu cultivo agrícola ou a sobrevivência dos animais, principalmente no período de maior deficiência de precipitação de chuva. Só assim se poderá garantir um bom desenvolvimento da produção agropecuária. Podemos afirmar, então, que a terra é mais valorizada quando nela, além de um solo fértil, se encontre uma fonte de água abundante e de boa qualidade. Este agricultor poderá plantar tudo quanto desejar, como fruteiras, olerícolas e essências florestais, assim como desenvolver a criação de animais. É interessante observar que tais práticas já eram enfatizadas nos livros do Deuteronômio e Isaías, de acordo com a cosmovisão religiosa da época:

Quando o Senhor, teu Deus, te tiver introduzido na terra que a teus pais, Abraão, Isac e Jacó, jurou te dar; grandes e excelentes cidades que não construístes, casas mobiliadas e cheias de toda a sorte de coisas, que não ajuntaste, poços que não cavaste, vinhas e olivais que não plantaste, e quando comeres à saciedade (Deuteronômio 6.10, 11).

Guardarás os mandamentos do Senhor, teu Deus, andando em seus caminhos e temendo-o. Porque o Senhor, teu Deus, vai conduzir-te a uma terra excelente, cheia de torrentes, de fontes e de águas profundas que brotam nos vales e nos montes; uma terra de trigo e de cevada, de vinhas, de figueiras, de romãzeiras, uma terra de óleo de oliva e de mel, uma terra onde não será racionado o pão que comeres, e onde nada faltará; terra cujas pedras são de ferro e de cujas montanhas extrairás o bronze (Deuteronômio 8.6-9).

(O Senhor) dará chuvas às sementes com que proverdes o solo e o pão que produzir a terra será nutritivo e saboroso. Naquele dia, teu gado pastará em vastas pastagens (Isaías 30. 23).

Vai cortar madeira, apanha um roble ou um carvalho que tinham deixado crescer entre as árvores da floresta que o Senhor havia plantado, e que a chuva havia feito crescer (Isaías 44.14).

Nos tempos atuais, o Estado tem o dever e obrigação de fazer o levantamento, acompanhamento e legalização fundiária das terras pertencentes aos seus domínios, identificando os seus limites territoriais com outros países, assim como, entre estados, municípios e proprietários de terras. Para identificar tanto o tamanho total das propriedades, como para saber a área do plantio, são necessários que se façam as medidas de acordo com o padrão de cada região, sendo que, para ser realizado este serviço, deve ser chamada uma

pessoa responsável, capacitada e habilitada para essa função. Assim, além do proprietário das terras saber os limites de seu terreno, o agrimensor também medirá a área de plantio dentro da propriedade total, fazendo com que o agricultor tome conhecimento de qual é sua área plantada, podendo calcular e estimar a sua produção agrícola e pecuária.

Um dos maiores problemas fundiários que existem em quase todo mundo é a existência da má distribuição de terras, que ficam concentradas em grandes propriedades no domínio de uma minoria de latifúndios rurais, fazendo com que os pequenos agricultores não possuam terras para a sua lavoura, o que ocasiona, na maioria das vezes, conflitos entre as partes envolvidas, chegando por vezes ao confronto e até mortes. Os livros dos Salmos, Ezequiel, Miqueias, Deuteronômio, Provérbios, Oséias atestam este tipo de situações nos tempos antigos, quando afirmam:

Ele expulsou nações diante deles, distribuiu-lhes as terras como herança, fez habitar em suas tendas as tribos de Israel (Salmo 77.55).

Conduzido ao lugar, divisei um homem que parecia ser de bronze, levando nas mãos uma corda de linho e uma cana de agrimensor. Ele permanecia de pé à porta (Ezequiel 40.3).

[...] naquele dia irão compor canções a vosso respeito, e será cantada uma elegia: fizeram passar a outros parte de meu povo. Como ma arrebataram? Nossas terras foram divididas entre os rebeldes. Por isso, não haverá ninguém que estenda o cordel para ti sobre uma parte na assembleia do Senhor (Miqueias 2.4-5).

Não removerás os marcos de teu vizinho, que teus predecessores fixaram na herança que te couber na terra, cuja posse te há de dar o Senhor, teu Deus (Deuteronômio 19.14).

Maldito o que desloca o marco do vizinho!- E todo povo dirá: ‘Amém’ (Deuteronômio 19.14; 27.17).

Não passes além dos marcos antigos que puseram teus pais (Provérbios 22.28).

[...] os chefes de Judá procedem como aqueles que mudam os marcos. Derramarei sobre eles as torrentes do meu furor (Oséias 5.10).

Principalmente nos textos proféticos, percebe-se que o direito dos pobres e a injustiça praticada contra eles não é apenas uma questão jurídica ou social. Estas práticas atingem o coração da fé de Israel e o próprio Deus. A condenação é certa e a luta pelo direito e pela justiça é plenamente justificada. Porque está envolvida nela o direito à vida e este é sagrado.⁴⁴

A terra é um direito fundamental do ser humano. Para que o mesmo garanta a sua sobrevivência, moradia e sustento. Porém, depende muito do modo que se trata dela, pois deveremos cuidar para que o solo não se torne improdutivo. Devido a isto, devemos dar um descanso para a terra em um determinado período de tempo, ou seja, a mesma deverá ficar de

⁴⁴ Para aprofundamento deste aspecto da fé de Israel, ver SCHWANTES, Milton. *O direito dos pobres*. São Leopoldo: Oikos; São Bernardo do Campo: Editeo, 2013.

pousio para que a sua fertilidade seja recuperada, trabalhando em outra área, até que a área anterior se recupere para fazer novo plantio. Esta prática ambiental antiga – muito conhecida e praticada pelos povos indígenas da Amazônia – todo agricultor/a consciente tem o dever seguir se quiser conservar o solo de sua propriedade, para que tenha recuperado sua fertilidade e dar continuidade à produção agrícola e pecuária. É uma das formas mais simples de evitar que o solo se torne improdutivo.

É nessa direção que, desde os primórdios da humanidade, o ser humano luta pelo acesso a terra. No Brasil, as lutas e os movimentos sociais que buscam conquistar o direito à terra ainda enfrentam muita violência social e institucional. Daí a necessidade de mecanismos de proteção e defesa no tocante à questão agrária no país, a exemplo do Estatuto da Terra, da Constituição Federal e outras leis e instrumentos jurídicos. Novamente, chama a atenção que existem exemplos muito antigos desse tipo de legislação, como podemos encontrar nos livros de Levítico e Êxodo:

Durante seis anos semearás a tua terra, durante seis anos podarás a tua vinha e recolherás os seus frutos. Mas o sétimo ano será um sábado, um repouso para a terra, um sábado em honra do Senhor: não semearás o teu campo, nem podarás a tua vinha; não colherás o que nascer dos grãos caídos de tua ceifa, nem as uvas de tua vinha não podada, porque é um ano de repouso para a terra. Mas o que a terra der espontaneamente durante o seu sábado, vos servirá de alimento, a ti, ao teu servo e à tua serva, ao teu operário ou ao estrangeiro que mora contigo; tudo o que nascer servirá de alimento também ao teu rebanho e aos animais que estão em tua terra. (...) A terra não se venderá para sempre, porque a terra é minha, e vós estais em minha casa como estrangeiros ou hóspedes (Levítico 25.3-7, 23).

Durante seis anos, semearás a terra e recolherás o produto. Mas, no sétimo ano, a deixarás repousar; os pobres de teu povo comerão o seu produto, e os animais selvagens comerão o resto. Farás o mesmo com a tua vinha e o teu olival (Êxodo 23. 10, 11).⁴⁵

Desde muito tempo, é comum nas comunidades rurais a realização de festejos anuais, planejados para coincidir com as estações de lavoura, ou seja, na época do plantio ou da colheita da produção agrícola. Sendo uma forma de agradecimento por boa colheita, as festas agrícolas celebram um período de alegria para todas as pessoas que trabalham na terra. Elas permitem que as famílias, amigos e amigas comemorem o resultado da sua labuta nada fácil, conseguido com muito esforço e o suor do rosto. Quanto à experiência do povo camponês na bíblia, Schwantes assegura:

Pastoreio e agricultura, em parte, convivem próximos. Após as colheitas, os rebanhos de ovelhas e cabras costumam pastar sobre a terra cultivável. Na época das

⁴⁵ GERSTENBERGER, Erhard. Terra e sua posse no Antigo Testamento. *Estudos Teológicos*, v. 16, n. 2, p. 22-44, 1976. O autor desenvolve argumentos que explicitam estas questões no tempo da formação do campesinato judeu.

chuvas, os rebanhos costumam distanciar-se da terra agricultável, que então está sendo preparada para a sementeira. As chuvas permitem que os rebanhos adentrem regiões áridas e mais desérticas. Pastoreio e agricultura são, pois, economias paralelas, mas há também chance de conflito, em especial nos períodos de seca, quando os pastores necessitam chegar-se ao mundo do agricultor. Em Gênesis 12-50, temos muitas cenas que tematizam esse conflito entre o campo e o 'agreste' (deserto).⁴⁶

Entre estas dificuldades havia, não obstante, problemas agrícolas a resolver, como a adequação da lavoura com o período das chuvas que, quando falha, exige que se encontrem maneiras de como irrigá-las. Há que considerar também a necessidade de contar, mesmo nos períodos de calor e seca, com o abundante orvalho que cai do céu durante a noite e que, de madrugada, refresca o solo e as plantas. Estas condições climáticas são típicas da Palestina, sempre próxima de regiões desérticas. Nos livros de Êxodo e Deuteronômio encontramos indícios destas condições:

Três vezes por ano celebrarás uma festa em minha honra. Observarás a festa dos Ázimos: durante sete dias, no mês das espigas, como o fixei, comerás pães sem fermento (foi nesse mês que saíste do Egito). Não se apresentará ninguém diante de mim com as mãos vazias. Depois haverá a festa da Ceifa, das primícias do teu trabalho, do que semeaste nos campos; e a festa da Colheita, no fim do ano, quando recolheres nos campos os frutos do teu trabalho (Êxodo 23.14-16).

Porque o Senhor, teu Deus, vai conduzir-te a uma excelente terra, cheia de torrentes, de fontes e de águas profundas que brotam nos vales e montes (Deuteronômio 8.7).

[...] derramarei sobre a vossa terra a chuva em seu tempo, a chuva do outono e a da primavera, e recolherás o teu trigo, o teu vinho e o teu óleo (Deuteronômio 11.14). Deus te dê o orvalho do céu e a gordura da terra, uma abundância de trigo e de vinho! (Gênesis 27.28).

Israel habita em segurança, a fonte de Jacó corre, na solidão, numa terra de trigo e de vinho, o céu destina-lhe o orvalho (Deuteronômio 33.28).

A grande preocupação com os ladrões e malfeitores que rondam as lavouras e criações de animais sempre foi e é ainda hoje uma tarefa árdua para os agricultores e pecuaristas. Para assegurar cultivos e gados, é necessário estar sempre atento e em constante sentinela para vigiá-los. Podemos observar este problema em diversos exemplos bíblicos como em Isaías e 2 Crônicas:

Sião está só, como choupana em uma vinha, como choça no pepinal, como cidade sitiada (Isaías 1.8).

Ele a cavou e tirou dela as pedras; plantou-a de cepas escolhidas. Edificou-lhe uma torre no meio, e construiu aí um lagar. E contava com uma colheita de uvas, mas ela só produziu agrão (Isaías 5.2).

Construiu também torres no deserto, onde cavou numerosos poços, pois possuía ali numerosos rebanhos, tanto na planície como no planalto. Tinha lavradores e

⁴⁶ SCHWANTES, 2007, p. 49.

vinhateiros nas montanhas e nos pomares, porque se interessava pela agricultura (2 Crônicas 26.10).

Nos tempos atuais, para o agricultor familiar entrar no mercado concorrido da produção e comercialização agropecuária, como já foi mencionado anteriormente, ele deverá se capacitar e desenvolver tecnicamente sua lavoura, fazendo com que consiga produzir com qualidade (agregando valor ao seu produto) e tenha alta produtividade (aumento de produção). Além disso, precisa estar informado acerca do mercado nacional e internacional para saber o que está em alta e que produto ele deve produzir, assim como ter condições para armazenar sua produção agrícola, fazer a venda no período em que o seu produto alcance bom preço, ou seja, na entressafra (quando não existe ou há pouco produto na praça), aumentando ainda mais seu lucro, conseqüentemente melhorando o seu desenvolvimento socioeconômico.

Quanto a esta questão, Schwantes informa que no tempo bíblico estes problemas geravam conflitos:

E o motivo desse conflito com o camponês reside na relação com a terra. O pastor não conhece o sistema da propriedade, nem mesmo o reconhece. Considera como direito seu usar a terra para o pasto de seu rebanho, sempre que não estiver conflitando com outro pastor (confira Gênesis 13). Bem outra é a relação dos clãs camponeses com a terra. Para eles a terra é herança, estabelece uso exclusivo. O camponês já vive dentro de um sistema de propriedade, ainda que esta não seja particular, mas coletiva – clânica. Por isso, não é acaso que Caim mate Abel, ao menos conforme a tradição grega, em cima do campo, da roça (v.8). O conflito entre pastor e lavrador reside, pois, no uso diferente da terra e de sua apropriação.⁴⁷

Essas características conflitantes entre pastores e agricultores são firmadas na Bíblia já nos tempos de José que, através de um sonho, previu: “Haverá sete anos de grande abundância para todo o Egito. Virão em seguida sete anos de miséria que farão esquecer toda a abundância no Egito. A fome devastará o país” (Gênesis 41: 29,30). Esse sonho demonstra que é necessário armazenar alimentos para poder suprir as necessidades em tempos ruins. No livro do Gênesis é confirmado esse armazenamento:

Nomeie também o faraó administradores no país, que recolham a quinta parte das colheitas do Egito, durante os sete anos de abundância. Eles ajuntarão todos os produtos destes bons anos que vêm, e armazenarão o trigo nas cidades, à disposição do faraó como provisões a conservar. Estes mantimentos formarão para o país uma reserva em previsão dos sete anos de fome que assolarão o Egito. Dessa forma o país não será arruinado pela fome (Gênesis 41. 34-36).

José, o filho preferido de Jacó, vendido como escravo pelos irmãos a mercadores, e que depois tornou-se autoridade junto ao palácio do Faraó do Egito, foi agraciado com o

⁴⁷ SCHWANTES, 2007, p. 52.

“dom” de interpretar sonhos, levando o povo egípcio a se beneficiar com seu saber “revelado por Deus”. Sua fé o levou a acreditar que o armazenamento salvaria o povo da miséria que viria a sofrer. Se considerarmos a atualidade dessa história, muitos dos empresários do ramo da agricultura, em nossos dias, também acreditam que sabendo como se encontra o mercado mundial, procurando selecionar quais os produtos agrícolas de maior procura no mercado, poderão se programar para um próximo investimento agrícola.

Conforme o exemplo de José, que “ajuntou todo o produto destes sete anos no Egito e os pôs em reserva nas cidades” (Gênesis 41.48), o pequeno agricultor pode também armazenar “os mantimentos dos campos” e guardar para serem comercializados na época de sua maior falta, ou seja, na entressafra, agregando maior valor ao seu produto excedente para comercialização. Da mesma forma, poderá utilizar um conjunto de boas práticas agrícolas que minimizem os impactos ambientais, conseqüentemente melhorando a qualidade de vida na agricultura familiar, social, econômica e ambientalmente. Estes são os pilares da sustentabilidade, tema que passamos a desenvolver no que segue.

2.3 O Desenvolvimento Sustentável na Agricultura Familiar

Como expressa Nazareth Wanderley, a “agricultura familiar não é uma categoria social recente, nem a ela corresponde uma categoria analítica nova na sociologia rural. No entanto, sua utilização, com o significado e a abrangência que lhe tem sido atribuído nos últimos anos, no Brasil, assume ares de novidade e renovação”.⁴⁸

Cerca de quatro milhões de pequenas propriedades rurais empregam 80% da mão de obra do campo e produzem 60% dos alimentos consumidos pela população brasileira, o que por si só já aponta para a importância desse setor na agricultura brasileira. No país dos latifúndios, a produção da agricultura familiar disputa com o agronegócio exportador a atenção do poder público e o reconhecimento de sua participação no desenvolvimento. A alta produtividade das pequenas propriedades contrasta com as extensas áreas ocupadas por lavouras de monoculturas e pastagens de pecuária extensiva. A agricultura familiar é uma forma de produção através da interação entre gestão e trabalho; são os próprios agricultores que dirigem o processo produtivo, trabalhando com a diversificação e utilizando o trabalho

⁴⁸ WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. *A agricultura familiar no Brasil: um espaço em construção*. São Paulo: Unicamp, 2001. p. 28.

familiar, eventualmente complementado pelo trabalho assalariado, em pequena escala. Cordeiro afirma:

Agricultura é o processo complexo de produção da vida, de relação com a natureza, de conhecimento das necessidades e das realidades de um lugar e de um grupo social. Agricultura é um modo de vida que precisa de relação estável e responsável com a terra, a água e o mundo, é um processo de poder e criação sobre toda a vida social, que vai da semente à boca, do trabalho à festa... Ninguém ficará com fome! Agricultura promove a proximidade entre o povo, a floresta e os rios.⁴⁹

O modelo familiar teria como característica a relação íntima entre trabalho e gestão, a direção do processo produtivo conduzido pelos proprietários, a ênfase na diversificação produtiva e na durabilidade dos recursos e na qualidade de vida, a utilização do trabalho assalariado em caráter complementar e a tomada de decisões imediatas, ligadas ao alto grau de imprevisibilidade do processo produtivo, conforme FAO/INCRA. Buscou-se com este trabalho estudar a agricultura familiar frente ao desenvolvimento ambiental e social sustentável. Este estudo está baseado nas seguintes hipóteses, como afirmado na introdução: a) o bem-estar social da comunidade e a preservação do meio ambiente são possíveis mediante manejos sustentáveis dos sistemas agrícolas familiares; b) a agricultura familiar é aquela em que a produção poderá continuar a suprir as necessidades atuais sem afetar o meio ambiente.

O desenvolvimento sustentável e a sustentabilidade são conceitos que foram analisados separadamente para manter os objetivos propostos. Individualmente são conceitos diferentes, já que determinado sistema pode ter parâmetros e indicadores sustentáveis. O conceito de desenvolvimento sustentável é relativamente recente e seu significado ainda está em construção, porém a definição mais aceita é o desenvolvimento capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações. É o desenvolvimento que não esgota os recursos para o futuro. Essa definição surgiu na Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, criada pelas Nações Unidas para discutir e propor meios de harmonizar dois objetivos: o desenvolvimento econômico e a conservação ambiental.

Reforçando esse posicionamento, no ano de 2000 foi escrita por Leonardo Boff (Brasil) e Miguel D'Escoto (Nicarágua) – a pedido da ONU – a Carta da Terra⁵⁰ que traz importantes embasamentos ambientais, assim como os Princípios da Educação para

⁴⁹ CORDEIRO, 2008, p. 78.

⁵⁰ BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *A Carta da Terra*. Disponível em: <www.mma.gov.br/estrutura/agenda21/_arquivo/carta_terra.doc>. Acesso em: 26 abr. 2015.

Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global sendo composta por 16 pontos e um Preâmbulo: Terra nosso lar; A situação global; Desafios para o futuro; Responsabilidade Universal. Alguns dos Princípios salientados são os seguintes: I - Respeitar e Cuidar da Comunidade da Vida; II – Integridade Ecológica; III – Justiça Social e Econômica; IV – Democracia, não violência e paz. De acordo com Denardi,⁵¹ o termo desenvolvimento sustentável possui longa história de construção. Segundo este autor, entre a Segunda Grande Guerra Mundial e meados da década de 1960, não havia distinção entre desenvolvimento e crescimento econômico. No entanto, as condições de vida de muitas populações não respondiam a esse crescimento e em alguns casos até pioravam, mesmo quando os seus países haviam alcançado elevadas taxas de crescimento. Estes fatos provocaram “grande insatisfação com essa visão do desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico”.

A ideia de desenvolvimento foi paulatinamente incorporando uma série de aspectos sociais: emprego, necessidades básicas, saúde, educação, longevidade. Mais recentemente, percebeu-se que “as bases ambientais de qualquer progresso futuro poderiam estar sendo comprometidas por crescimento econômico predatório de recursos naturais e altamente poluidores”.⁵² Percebeu-se que o desenvolvimento está ligado às capacidades dos indivíduos. Neste sentido, ele “está nas pessoas, não nos objetos”. Para Romeiro “[...] o desenvolvimento para ser sustentável, deve ser não apenas economicamente eficiente, mas também ecologicamente prudente e socialmente desejável”.⁵³ Ehlers afirma que “a erradicação da pobreza e da miséria deve ser um objetivo primordial de toda humanidade”⁵⁴ e que a prática sustentável envolve aspectos sociais, econômicos e ambientais que devem ser entendidos conjuntamente. A técnica é meio necessário à condução do desenvolvimento sustentável. Segundo Veiga,⁵⁵ vários são os objetivos a serem alcançados pelo desenvolvimento sustentável quanto às práticas agrícolas, destacando-se: A manutenção por longo prazo dos recursos naturais e da produtividade agrícola; O mínimo de impactos adversos ao ambiente; Retornos adequados aos produtores; Otimização da produção com mínimo de insumos externos; Satisfação das necessidades humanas de alimentos e renda; Atendimento das necessidades sociais das famílias e das comunidades rurais.

⁵¹ DENARDI, José Carlos. *Desenvolvimento e meio ambiente: as estratégias de mudanças da agenda 21*. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 34 -123.

⁵² DENARDI, 2000, p. 34.

⁵³ ROMEIRO, Ademar. *Meio Ambiente e a dinâmica da inovação*. São Paulo: Annablume, 1998. p. 45.

⁵⁴ EHLERS, Eduardo. *O que é agricultura sustentável*. São Paulo: Brasiliense, 1998. p. 2.

⁵⁵ VEIGA, Eli. *Economia Socioambiental*. São Paulo: Senac, 1994. p. 52.

No desenvolvimento da agricultura sustentável temos algumas recomendações da FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura) e do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), tais como a necessidade de implementar uma política científica e tecnológica “especialmente em sistemas integrando agricultura e pecuária, em produtos tradicionais” e nos produtos dependentes de muita mão-de-obra. Também temos recomendações desses órgãos no sentido da reestruturação dos serviços de extensão rural, a promoção da integração vertical agricultura-pecuária, o incentivo à rotação de culturas, a indução de práticas de controle integrado de pragas (MIP), a utilização da adubação orgânica, a conservação do solo e a utilização de sistemas agroflorestais. Para se compreender os sistemas agrícolas atuais, temos que conhecer sua sustentabilidade, pois “a agricultura é afetada pela evolução dos sistemas socioeconômicos e naturais”.⁵⁶ De acordo com Cavalcanti,⁵⁷ sustentabilidade significa a “possibilidade de se obterem continuamente condições iguais ou superiores de vida para um grupo de pessoas e seus sucessores em dado ecossistema”. A sustentabilidade, de acordo com Sachs, “constitui-se num conceito dinâmico, que leva em conta as necessidades crescentes das populações, num contexto internacional em constante expansão”.⁵⁸ Para ele, a sustentabilidade tem como base as dimensões principais que são a sustentabilidade social, cultural, ecológica, ambiental. Ainda de acordo com Chambers e Conway,⁵⁹ para se tornar completa, a sustentabilidade ambiental tem que ser complementada pela sustentabilidade social, ou seja, não somente pelo que o ser humano pode ganhar, mas pela maneira como pode ser mantida decentemente sua qualidade de vida. Abaixo segue um quadro (Figura 6) que registra como o desenvolvimento sustentável melhora a qualidade de vida.

O fortalecimento da agricultura familiar sustentável sugere a necessidade de que sejam ultrapassados os velhos conceitos de agricultura de baixa renda, pequena produção e agricultura de subsistência, os quais não têm ajudado a resolver o processo de integração dos agricultores ao mercado competitivo. Assim, a agricultura familiar deve ser entendida, de uma maneira mais ampla, como um segmento que detém poder de influência econômica e social. Nesta agricultura, cujo capital pertence à família e em que a direção do processo produtivo está assegurada pelos proprietários, a despeito do tamanho das unidades produtivas e de sua

⁵⁶ ALTIERI, Miguel. *Agroecologia: base científica para uma agricultura sustentável*. Porto Alegre: Expressão Popular, 2000. p. 98.

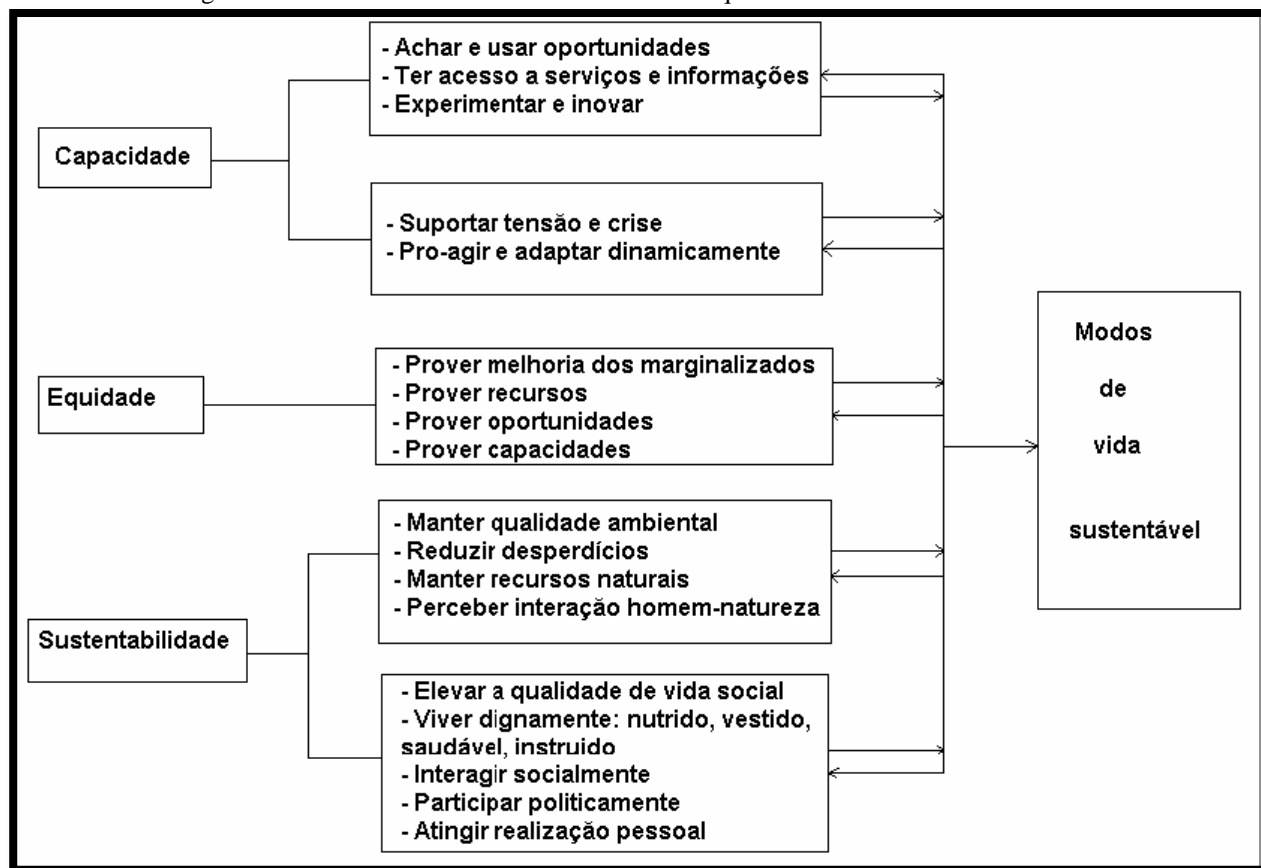
⁵⁷ CAVALCANTI, C. (Org). *Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas*. São Paulo: Cortez, 1998. p. 385.

⁵⁸ SACHS, Ignacy. *Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável*. São Paulo: Intrínseca, 1990. p. 59.

⁵⁹ CHAMBERS, Robert; CONWAY, Gordon. *Sustainable rural livelihoods: practical concepts for the 21st century*. Institute of development studies: discussion paper n. 296, 1992. p. 38.

capacidade geradora de renda, as características são inteiramente compatíveis com uma importante participação na oferta agrícola.⁶⁰

Figura 6 - desenvolvimento sustentável melhora a qualidade de vida



Fonte: BICALHO.⁶¹

⁶⁰ OTANI, Flávio. *O ser humano e sua reintegração cultural*: Brasil Florestal. São Paulo: Objetiva, 2001. p. 25.

⁶¹ BICALHO, Rosilene. *Construindo o conhecimento: ecologia*. Rio de Janeiro: RJH, 1998. p. 78.

3 ANÁLISE DO CONTEXTO AMBIENTAL DE BONITO-PA, DE ACORDO COM O RELATÓRIO DA “CARAVANA DA PRODUÇÃO” DA SECRETARIA EXECUTIVA DE ESTADO DE AGRICULTURA DO PARÁ

O relacionamento da humanidade com a natureza que teve início com um mínimo de interferência nos ecossistemas culmina hoje em uma forte pressão exercida sobre os recursos naturais. Atualmente são comuns a contaminação dos cursos de água, a poluição atmosférica, a devastação das florestas, a caça indiscriminada e a redução ou mesmo a destruição dos habitats faunísticos, além de muitas outras formas de agressão ao meio ambiente, sem esquecer – por exemplo – a contaminação dos mares.

Dentro desse contexto, é clara a necessidade de mudar o comportamento do ser humano e das sociedades contemporâneas em relação à natureza, no sentido de promover, sob um modelo de desenvolvimento sustentável (processo que assegura uma gestão responsável dos recursos do planeta de forma a preservar os interesses das gerações futuras e, ao mesmo tempo, atender as necessidades das gerações atuais), uma educação que venha a contribuir de forma direta para a construção de uma sociedade mais envolvida com as questões ambientais.

A educação ambiental deve estar presente em todos os espaços que educam o ser humano. Desta maneira, ela pode estar presente nas escolas, nas associações de bairros, nas universidades, nas comunidades religiosas, nos meios de comunicação de massa, parques e reservas ecológicas, de modo que cada um desses contextos possa contribuir com suas peculiaridades para a diversidade e criatividade da mesma, na busca de soluções possíveis para as urgentes questões relacionadas ao meio ambiente.

Diante disso, o ser humano precisa rever suas posturas em relação à questão ambiental. Ele precisa estar atento a sua consciência e prática dos direitos e deveres, questionando-se sobre o que tem feito para contribuir nesta discussão. Diante de todas as mudanças drásticas entre meio ambiente e utilização dos recursos naturais, como vimos apresentando neste trabalho, cabe a seguinte reflexão: será que sabemos definir o verdadeiro conceito de meio ambiente?

A educação ambiental é uma questão muito mais ampla do que se pode imaginar. Com isso, percebe-se a importância de desenvolver estudos sobre a problemática ambiental voltados para a formação docente e a preocupação em elaborar projetos em que se discutam a inclusão deste tema de maneira crítica no planejamento pedagógico, um fator relevante para sua real existência no contexto escolar, discutindo com a escola e a comunidade o que deve ser feito para preservar os recursos naturais ainda disponíveis na natureza, visando às gerações futuras.

3.1 Refletindo sobre a Educação Ambiental de Bonito, PA

O Brasil é um país de dimensões continentais e seu extenso território engloba diferentes tipos de ecossistemas absolutamente distintos entre si e com características muito próprias. Assim, o município de Bonito, que desde sua colonização se destaca pela diversidade e abundância de seus recursos naturais, é admirado desde longa data pelos habitantes e visitantes. Com isso pode-se destacar que, desde aquela época, suas matas e principalmente os rios foram e são fontes de sustento à população local.

Nos últimos anos, o município sofreu um grande impacto ambiental devido às diversas explorações, dentre elas podem ser citadas: ocupações desordenadas e exploração através de retiradas de caminhões de areia que prejudicam os mananciais que abastecem a população local; há que mencionar também as grandes áreas desmatadas para criação de gado e a retirada de madeiras nobres. Diante desse contexto, urge que se busquem políticas públicas voltadas à preservação do meio ambiente. Daí a grande necessidade de se trabalhar a educação ambiental no município, pois a população precisa se conscientizar e buscar alternativas para preservação dos recursos naturais, sendo que a maior parte dos habitantes de Bonito depende destes recursos para seu sustento.

Em 2011 foi realizada Pesquisa e elaborado um Relatório, que será abaixo analisado, em parceria da Secretaria Municipal de Agricultura e o Escritório local da EMATER/PA – Empresa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural do Pará, trabalho solicitado pela Secretaria Estadual de Agricultura do Estado do Pará, num projeto que foi intitulado “Caravana da Produção”. Ela teve como objetivo subsidiar informações para o planejamento de trabalho para o desenvolvimento sustentável dos agricultores familiares dos municípios paraense, e que serviu de subsídio para o nosso trabalho científico de pesquisa, levantamento, apoio e acompanhamento dos resultados alcançados. Aqui será demonstrado – com os relatos dos procedimentos realizados – como se buscou realizar a melhoria da qualidade de vida dos agricultores familiares de Bonito.

3.2 Trabalhos Realizados Após a Caravana da Produção

De posse do levantamento de dados da “CARAVANA DA PRODUÇÃO” solicitado pelo Governo do Estado do Pará (Secretaria de Estado de Agricultura – SAGRI), realizado em parceria pela Prefeitura Municipal de Bonito (Secretaria Municipal de Agricultura do Bonito) e EMATER/PA (Escritório local de Bonito), procuramos, em parceria com grupos de

Organizações Governamentais e ONGs, concretizar as ações necessárias para a melhoria da qualidade de vida dos agricultores familiares, levando em conta a melhoria econômica, social e ambiental⁶².

Com **relação ao Domínio e Uso da Terra**, como já é de conhecimento público, o município de Bonito é considerado o município mais devastado da Amazônia, e segundo dados do IBGE/ 2011, Secretaria Municipal de Ação Social de Bonito e levantamentos de dados realizados nas comunidades, detectou-se que menos de 1% do total da área do município possui Unidades de Conservação. Nas **Unidades de Conservação** foi investido no decorrer do período de 2011 até a presente data, um Projeto de levantamento de dados relacionados com as nascentes da bacia hidrográfica do Rio Peixe-Boi, chamado “RENASCENTE” realizado pelo IDEFLOR/PA com a parceria da EMATER/PA e outras entidades, com objetivo de recuperação de nascentes e mata ciliar do Rio Peixe-Boi, assim como implantação de Sistemas Agroflorestais (SAF’s) comerciais em áreas degradadas, com base produtiva diversificada e recomposição do passivo ambiental, ficando além desse ganho econômico, social e ambiental, um local de molde (Unidade Demonstrativa – UD) para outras ações, como capacitações, intercâmbios e com a instalação dos viveiros de plantas para dar continuidade na recuperação e comercialização de plantas frutíferas e *essências florestais*⁶³.

Em relação ao fato de já termos identificado a existência de grupo de pessoas **remanescentes de quilombos** na comunidade denominada Cuxiu, zona rural do município de Bonito, a EMATER/PA foi contemplada com um importante trabalho de parceria entre o poder público municipal (Secretarias municipais de Ação Social e Agricultura), EMATER/PA e demais parceiros acima citados. Assim, conseguiu-se formalizar no dia 09/07/2012 a ASSOCIAÇÃO DA COMUNIDADE DE QUILOMBOLA DE CUXIU DE BONITO/PA, (Anexo A), que coordenará localmente o projeto com as entidades envolvidas. Com esta associação foi possível contemplar a comunidade quilombola com cursos de capacitação em Fruticultura, Casa de Farinha e outros (Anexo B) através do SENAR/PA e Projetos agrícolas (Cultivo de mandioca, Casa e Farinha, fruteiras, horticultura e irrigação) realizados pela EMATER/PA através do Programa Nacional de Apoio a Agricultura familiar – PRONAF, como também a inserção destes moradores no Programa Nacional de Habitação Rural - PNHR do governo federal (Anexo C).

⁶² GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. Secretaria Estadual do Desenvolvimento Agropecuário e de Pesca. *Caravana da Produção Agropecuária*. Disponível em: <http://www.sagri.pa.gov.br/noticias/view/68/caravana_da_producao_agropecuaria>. em 06/07/2014.

⁶³ PREFEITURA DE NOVO PROGRESSO. Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Novo Progresso (SEMMA-NP). Disponível em: <<http://www.ideflor.pa.gov.br/renascente>> em 05/07/2014. Acesso em: 27 abr. 2015.

Nas **Terras Públicas** (posseiros) onde se encontra a maioria dos agricultores familiares (87,38 % do total da área total do município), identificamos uma grande evasão dos agricultores familiares, devido à compra dos seus lotes agrícolas pela empresa MEJER AGROPECUARIA que planta o monocultivo da cultura do óleo de palma em grande escala, segundo o relatório da Caravana da Produção, chegando a ter comprado e plantado 34.720 ha, que corresponde a 59,05% do total da área do município de Bonito (Área total do Município = 58.800 ha). Em visita e diálogo com os dirigentes da Empresa, identificou-se que a quantidade de ha é um pouco menor que a relatada, embora esta informação não mude o fato de que este monocultivo ocasionou o êxodo rural, algo que preocupa as autoridades públicas.

O trabalho da EMATER/PA, em parceria com os setores acima mencionados, já permitiu a elaboração de vários projetos, tanto na área agrícola como na pecuária, através do Programa Nacional de Apoio a Agricultura Familiar, com o objetivo de reverter estas consequências danosas para a população. Os projetos são elaborados pela EMATER/PA, cuja preocupação é orientar como ter a maior produtividade nas atividades agropecuárias em área menores e com o menor dano ambiental possível, com práticas de uso racional do solo (roça sem queima, mecanização agrícola e outros), cultivo por métodos de combate a pragas e doenças por métodos naturais (sem uso de agrotóxico e/ou racional), fazendo com que estes agricultores permaneçam em suas propriedades produzindo com qualidade e maior produtividade, melhorando sua renda, minimizando os impactos ambientais, evitando ou amenizando o êxodo rural.

Em relação às **terras privadas (tituladas)**, percebemos que a maioria dos proprietários rurais são agricultores e pecuaristas de médio até grande porte, sendo necessário que haja um programa de regularização fundiária no município de Bonito, visto que a maioria dos agricultores se localiza em terras públicas remanescentes (posseiros), que nem sempre podem ser beneficiados com projetos e programas para infraestrutura na sua propriedade rural. Vem se estimulando assim a aquisição de equipamentos coletivos através de participação social nos processos de gestão, além do incentivo à educação ambiental, à segurança da posse da área que ocupam há muitos anos, garantindo o direito constitucional à moradia digna e à cidadania.

Ciente dessa deficiência legal, o Chefe do Escritório local da EMATER/PA de Bonito solicitou em Reunião da *Conferência Territorial em Bragança/ PA*, realizada no dia 20 de agosto de 2013, que seja incluído na demanda de pedidos para os municípios do Território bragantino a regularização fundiária das áreas de terras públicas, as quais, em grande maioria são de posse permanente dos agricultores familiares do município de Bonito. Esta é uma

medida importante para assegurar não apenas a propriedade da terra, como também as condições para um novo tipo de desenvolvimento local sustentável.

Conforme mencionado anteriormente o município de Bonito é bastante antropizado (já foi ocupado e devastado pelo ser humano há tempo). Culturalmente, estes agricultores familiares fazem a prática do cultivo itinerante, que é a derruba, broca e queima de sua área para o cultivo de plantas de subsistência ou anuais (milho, feijão, arroz e mandioca). O que se verifica é que, após essas práticas agrícolas tradicionais, normalmente o agricultor deixa esta área de pousio (área de descanso do solo para sua recuperação natural), plantando o pasto (alimento de animais herbívoros: gado, carneiros e outros). Com o conhecimento deste dado empírico, percebeu-se que existe um grande percentual dos estabelecimentos rurais, aproximadamente 22% (vinte e dois por cento) destas áreas, que poderia ser aproveitado para criação de animais herbívoros, sem necessidade de novas derrubadas da floresta. Com base neste dado, a EMATER/PA de Bonito, através do PRONAF, elaborou diversos projetos agropecuários de rebanho bovino de dupla aptidão (corte e leite), com o intuito de beneficiar este tipo de agricultor. Recentemente, a EMATER/PA implantou um **Projeto de Bacia Leiteira** (bovino de leite) no município de Bonito, com a parceria da Prefeitura Municipal, para o preparo mecanizado de áreas para capineiras, capacitação dos agricultores pelo SENAR (Anexos B), projetos elaborados e assistidos pela EMATER/PA, projetos contemplados pelo PRONAF com repasse de recursos pelo Banco da Amazônia.

Outra área de incentivo vem sendo o cultivo de plantas da região. Apesar de atingir um percentual menor de propriedades, aproximadamente 9% (nove por cento), e com muitas dificuldades, devido ao alto custo da mecanização agrícola e de insumos para o cultivo de plantas, observou-se que o clima e a precipitação são bastante favoráveis para o cultivo de *plantas frutíferas, olerícolas e florestais*. Por este motivo, além da parceria informada na recuperação de nascentes dos rios, a EMATER/PA está realizando através do PRONAF projetos de plantio de hortaliças, fruteiras e essências florestais, sendo tais projetos em grande parte realizados com a parceria da Prefeitura Municipal de Bonito e do Governo do Estado do Pará .

Conforme relatado anteriormente, apesar das dificuldades e alto custo de mecanização agrícola e insumos para os agricultores familiares, percebeu-se que existem esforços entre as esferas governamentais e grupo de entidades não governamentais, e igualmente entre os agricultores familiares organizados para que essa realidade modifique para melhor. Mesmo que ainda sejam projetos de pouca expressão, eles demonstram que a realidade pode ser diferente, pois vem cultivando, além das culturas relatadas de ciclo curto, subsistência ou

anuais (milho, feijão, arroz e mandioca), também fruteiras como o açaí, mamão, laranja, cupuaçu, coco d'água, melancia, hortaliças, coentro, alface, caruru, cebolinha, maxixe, pimenta verde, abóbora, e culturas industriais como pimenta do reino, malva e essências florestais. Estas culturas, apesar de ainda em pequena quantidade, têm se expandido no município, como também o paricá, maranhoto, mogno, cedro, acácia mangium, entre outras árvores típicas da floresta amazônica.

A EMATER/PA de Bonito elaborou recentemente um **Projeto de Pomar Caseiro Sustentável** através do PRONAF na Comunidade Quilombola do Cuxiu, sendo que os pomares só poderiam ser contemplados com financiamento aos agricultores familiares que participaram de capacitação sobre fruticultura realizada pelo SENAR. Este projeto foi implantado no mês de dezembro/ 2013 e está em pleno desenvolvimento, precisando de tempo para ser avaliado. Ainda assim, como se trata de algo que está baseado na cultura local, as perspectivas de sucesso são grandes.

Em relação ao monocultivo da cultura do óleo de palma (dendê), realizado pela Empresa MEJER AGROFLORESTAL, observou-se conforme as informações fornecidas no relatório da “CARAVANA DA PRODUÇÃO” que a área plantada em 2011 era de 34.720 ha, o que não parece corresponder aos fatos. Segundo dados do IBGE/ 2011, a área plantada era de 4.200ha.⁶⁴ Segundo informações prestadas pelo atual gerente da referida Empresa, a área plantada em 2013 está em torno de 10.000 ha.

Conforme esses dados contraditórios revelam, pode-se confirmar que a área plantada é bem menor daquilo que foi inicialmente informado. E o que mais intriga: infelizmente continua acontecendo a venda de propriedades de agricultores familiares para a referida Empresa, o que contribui para incrementar o êxodo rural no município de Bonito/PA.

Chama a atenção ainda que a maior parte da mão de obra (não qualificada) da referida Empresa procede de pessoas da agricultura familiar do próprio município de Bonito. Diante desses fatos, a EMATER/PA de Bonito procurou fazer uma parceria entre os agricultores familiares e a Empresa para o plantio desta cultura nas propriedades da agricultura familiar, como forma de evitar a venda das propriedades e fixar estas pessoas nas áreas rurais, evitando assim o êxodo rural e melhorar a qualidade de vida dessa categoria. Porém, a medida não tem sido de fácil aceitação e ainda não se conseguiu inserir os agricultores rurais nesta atividade.

⁶⁴ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS (IBGE): Municípios. *Produção agrícola municipal - lavoura permanente – 2011: dendê (cacho de coco) - área destinada à colheita - comparação entre os municípios do Pará*. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/comparamun/compara.php?coduf=15&idtema=99&codv=v58>>. Acesso em: 27 abr. 2015.

No decorrer desse período, a EMATER/PA realizou reuniões, encontros e visitas para levantamento de dados de agricultores familiares que pretendem plantar a cultura do dendê, objetivando inseri-los no processo de produção e comercialização dessa planta. Porém, apesar dos esforços da EMATER/PA, os agricultores familiares até o momento não conseguiram conquistar sua inserção nesse processo produtivo. O que se conseguiu foi implantar uma **Unidade Demonstrativa Sustentável - UD** da Cultura do Dendê (óleo de palma) consorciada com culturas de ciclo curto como feijão caupi e mandioca. Como atividade florestal, a EMATER/PA está apoiando e incentivando inicialmente um pequeno grupo de agricultores no plantio de essências florestais como o paricá, acácia mangium e maranhoto.

Com relação à **regulamentação fundiária**, observamos que infelizmente não houve nenhum avanço significativo no município de Bonito/PA, o que significa muita insegurança para os agricultores familiares. Porém, houve um aumento significativo em relação à criação do rebanho bovino de corte e de leite, conforme o Projeto e acompanhamento pela EMATER/PA de Bonito para a Criação de Bacia Leiteira para os agricultores familiares, financiado através do PRONAF Mais Alimento do Governo Federal, em parceria com a Prefeitura Municipal de Bonito. Cabe mencionar que a Prefeitura colaborou com preparo de 1 ha de área para as capineiras (Pastagem) dos pecuaristas familiares envolvidos e a Empresa de Laticínio Manacá, com a garantia da compra da produção de leite e um tanque de coleta e resfriamento através de contrato, o Sindicato Rural de Bonito garantindo os cursos necessários para capacitação através do SENAR (Anexo B).

De posse dos dados sobre o uso da terra, levantados pela “Caravana da Produção”, ficamos preocupados com os inúmeros problemas ambientais que estavam acontecendo nas propriedades dos agricultores familiares, sem que os mesmos tivessem acesso às informações de técnicas mitigadoras desses problemas. A EMATER/PA, através de palestras e visitas, assim como o SENAR através de capacitações passaram a informar sobre técnicas de prevenção de queimadas, uso racional de defensivos agrícolas, uso de EPI - Equipamento individual, combate de pragas e doenças na agricultura por métodos naturais, uso racional de adubo químico nas lavouras, assim o uso de plantas adubadeiras (que nutrem o solo), esterco e compostagem orgânica (adubo natural). Estas são medidas relativamente simples que ajudam na preservação dos solos e melhoram a produtividade dessas lavouras.

Pouco foi acrescentado nas **Atividades Artesanais**, apesar do esforço realizado por parte da Associação de Desenvolvimento Sustentável de Bonito - DESB, a qual conseguiu através do Governo do Estado do Pará, 15 máquinas de Costura para o Clube de Mães da cidade de Bonito, sendo que o SEBRAE/PA apoiou a iniciativa através de capacitações e

assessoria (Anexo D). É este esforço conjunto que permite que produtos como paneiros e tipiti de talas de buriti, vassouras, crochê, tapetes e outros continuem sendo confeccionados em pequena escala e comercializados no mercado local.

Em relação às **Atividades Agroindustriais** houve um grande avanço, principalmente no que se refere ao plantio da cultura do óleo de palma (dendê) que passou de 5.000 ha para 10.000 ha pela Empresa MEJER Agroflorestal, que também aumentou seu quadro de funcionários para os tratamentos culturais artesanais da lavoura. O cultivo da mandioca no ano de 2013 foi o que mais apresentou crescimento direto, colaborando para a melhoria econômica e social dos agricultores familiares, visto que houve um aumento bastante significativo do valor da saca de farinha de R\$ 80,00 para R\$ 180,00. Outra informação relevante é que a EMATER/PA, através do Plano Brasil Sem Miséria do Governo Federal e a EMATER/PA de Bonito elaboraram, a fundo perdido para os agricultores familiares, um projeto para a reforma e melhoria de Casas de Farinha manual, Horticultura (Irrigação), Sistematização de área (recuperação de solo) e Criação de Aves domésticas, perfazendo um total de 168 famílias beneficiadas com o Plano. Quanto à criação de abelhas para a produção de mel, observou-se que permaneceu estável, embora seja um tipo de atividade altamente recomendável e com evidente potencial de renda para as famílias de pequenos agricultores.

É bastante importante ressaltar o item referente a **Matadouros/Frigoríficos**. O Ministério Público de Bonito em parceria com organizações governamentais (ADEPARÁ, EMATER/PA, Vigilância Sanitária, Secretaria Municipal de Agricultura e de Meio Ambiente) tem se reunido mensalmente, desde janeiro de 2013, para a realização de trabalho sobre a comercialização de “produtos carneos” (carnes bovinas, aves e peixes). Este tipo de articulação tem avançado no que diz respeito à higiene no manuseio, conservação e descarte dos produtos não comercializados. Com esta ação foi solicitado ao Executivo Municipal a reforma e aparelhamento do Mercado Municipal que se encontra fechado, sem condições de uso, o qual foi deferido favoravelmente. Espera-se que medidas como esta venham a trazer maior segurança no preparo e comercialização desses alimentos, tanto para os agricultores familiares quanto para a população urbana consumidora dos mesmos.

Com essas ações, percebeu-se que as Associações ligadas à agricultura familiar do meio rural se fortaleceram ainda mais, principalmente devido aos Programas Governamentais como o Programa Nacional de Apoio a Agricultura Familiar – PRONAF; a Lei Federal que obriga as Prefeituras Municipais a comprar no mínimo 30% (trinta por cento) do recurso da Merenda Escolar da agricultura familiar – PNAE; o Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR, Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV e o Plano Brasil Sem Miséria –

PBSM.⁶⁵ O que se viu foi que os agricultores familiares precisaram se articular através de suas Associações para se engajarem nesses programas, o que lhes possibilitou um grande aprendizado político. Cabe registrar também que em ambos os programas a EMATER/PA participou ativamente no apoio a essas associações, tanto na organização, elaboração de cadastros, levantamento de propriedades, elaboração da Declaração de Apoio ao PRONAF – DAP, como elaboração, acompanhamento e assistência técnica nos projetos agropecuários. Percebe-se aqui que uma entidade como a EMATER não se restringe apenas ao apoio *técnico*, mas ela acaba por exercer importante ação educativa, política e organizativa, o que tem muito a ver com a qualidade dos serviços prestados e a qualificação de seus profissionais.

As **Máquinas e Equipamentos** existentes no município são insuficientes para atender a toda demanda de serviços dos agricultores familiares do município. Através dos relatos da “Caravana da Produção”, percebeu-se ainda que estas patrulhas mecanizadas, em quase sua totalidade, estão a cargo de operadores não suficientemente capacitados para preparar o solo mecanizado (deixando o solo desprotegido contra as intempéries, erosão e improdutivo). Devido a esta constatação, foi solicitado ao SENAR/PA capacitações para atender esta demanda de trabalho. Nesse sentido, a EMATER/PA de Bonito elaborou projeto para atender aos agricultores familiares através do PRONAF Mais Alimento de Patrulha Mecanizada, o qual foi aprovado. Espera-se que tal medida consiga aperfeiçoar este tipo de serviço.

Pelos relatos acima, podemos afirmar que houve um relativo avanço no desenvolvimento sustentável da agricultura familiar no município de Bonito/PA, apesar de que ainda há muito por fazer e conquistar no sentido de garantir a melhoria da qualidade de vida dos agricultores familiares. O que foi referido a partir dos dados da “Caravana da Produção” demonstra que não basta realizar ações pontuais, uma vez que muitas questões envolvem decisões nas esferas do governo federal (ministérios), do governo estadual (agências de fomento) e governo municipal (secretarias e programas municipais de apoio à agricultura familiar). Além disso, há questões políticas e econômicas que devem ser consideradas, como o fato de uma única grande empresa dominar o cenário das atividades agrícolas e econômicas no município. Esta pesquisa, portanto, procurou apresentar um caso que merece ser estudado em maior profundidade no futuro bem próximo.

⁶⁵ BRASIL. Caixa Econômica Federal. *Programa Minha Casa Minha Vida: recursos do Fundo de Arrendamento Residencial – FAR*. Disponível em: <http://www1.caixa.gov.br/gov/gov_social/municipal/programas_habitacao/pmcmv/saiba_mais.asp>. Acesso em: 23 abr. 2015.

3.3 Perspectivas para uma agricultura familiar sustentável na Amazônia

A Amazônia passou a ser alvo de vultosos fluxos de capital, produtivo e especulativo, atraídos pelas potencialidades da região no suprimento dos aquecidos mercados de *commodities* agropecuárias, florestais e minerais.

O impulso predatório da expansão desses empreendimentos associado aos vazamentos da renda líquida regional típicos dos ciclos econômicos do passado seriam enfrentados: (1) pela consolidação da democracia no país com desdobramentos no fortalecimento da consciência ambiental; e (2) pelo papel estratégico internacionalmente creditado à floresta amazônica para o enfrentamento dos desafios sistêmicos globais. Incluem-se nesses desafios: o quadro das mudanças climáticas, a preservação da biodiversidade e, de modo subjacente, a funcionalidade da região aos esforços pela garantia da segurança alimentar.

Uma visão mais diferenciada da relação entre a expansão da agricultura familiar e o desmatamento deveria também ser importante para os diversos programas das agências internacionais e nacionais que pretendem frear o desmatamento na região. Preocupadas com a função da floresta amazônica para o clima global, as propostas das agências internacionais e nacionais, em geral, limitaram-se ao apoio a grupos indígenas, seringueiros e ribeirinhos, identificando os sistemas de uso das terras tradicionais desses grupos (sistemas agroflorestais e extrativistas) como os únicos com uma alta sustentabilidade ecológica.

Vários programas foram lançados para fortalecer a agricultura familiar, como recentemente o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Em âmbito da Amazônia, essa nova tendência foi parcialmente efeito dos fracos resultados da modernização agrária em unidades grandes e médias com altos insumos externos, sobretudo depois da retirada dos subsídios. O que sempre foi percebido como pequena produção de subsistência sem grandes chances de aumentar sua produtividade vem sendo reinterpretado atualmente como um campo bem mais diverso de formas de agricultura familiar com possibilidades econômicas também diversas e tendentes ao crescimento. Apesar disso, a continuidade da modernização das empresas agrárias grandes e médias e dos latifúndios demonstra que essa mudança paradigmática é somente parcial.

O grande desafio atual e futuro é atingir uma compreensão mais diferenciada das diversas formas da agricultura familiar na terra firme, na várzea e no estuário. Essa

compreensão deve levar em conta as condicionantes agroecológicas, socioeconômicas, socioculturais e a idade da colonização. Uma dimensão muitas vezes esquecida – mas fundamental – é a político-institucional: na verdade, são os fatores políticos que explicam as diferenças no desempenho econômico entre regiões de colonização muito similares.

Apesar de todas as incertezas quanto à sustentabilidade a médio e longo prazos desses sistemas de produção familiar na região, pode-se afirmar, com relativa segurança e a partir de dados empíricos como os apresentados, que essas formas de uso da terra foram ou podem ser bem mais sustentáveis ecológica, econômica e socialmente do que foi percebido pelos cientistas naturais e pelas agências políticas na Amazônia, no Brasil e no âmbito internacional. Além disso, os sistemas de produção familiar oferecem também possibilidades de integrar cultivos agroflorestais e pecuária, facilitando assim a tração animal (como substituto do uso de tratores). Evidentemente, este estudo ainda é apenas inicial e mereceria maior investigação no futuro. Ainda assim, suas revelações servem como subsídio importante na busca por uma agricultura social e economicamente produtiva, além de ecológica e eticamente sustentável.

CONCLUSÃO

Para se trabalhar a educação ambiental como uma das constatações da “Caravana da Produção”, devemos entender que ela não deve ser prescritiva, mas sim indicativa, e deve ser alimentada com todas as formas de pensamento, em busca de um bem comum, resgatando a compreensão das organizações da sociedade, a relação complexa entre o ser humano e a natureza, superando visão exclusiva do capitalismo predatório que se implantou na Amazônia e continua a corromper as relações sociais e ambientais. Para que esse objetivo possa ser alcançado, é preciso que o direito à educação ambiental e o princípio constitucional da participação popular sejam considerados instrumentos indispensáveis nessa tarefa.

Nesse sentido, a escola e entidades de serviço como a EMATER devem ser entendidas como espaços de resistência, em que se conseguem pequenos ganhos, mas que, se forem constantes e contínuos, poderão contribuir tanto para elevação da qualidade do ensino em geral, como se constituir em formas de embates contra políticas educacionais que desconsiderem a qualidade do processo de ensino-aprendizagem.

Assim, discutir sobre o meio ambiente significa fazer uma análise ampla dos aspectos econômicos, sociais, culturais da própria humanidade e as formas pelas quais ela vem habitando e utilizando os recursos deste planeta, além de abordar as questões sobre a revolução industrial, levar o ser humano e a sociedade contemporânea a entender e refletir sua própria relação (interação) com o meio ambiente imediato (em que vive), para só assim poder refletir em um contexto mais amplo essa questão. Não se pode atribuir aos outros toda a responsabilidade, cabe a todo ser humano respeitar o meio em que vive, sabendo estabelecer uma interrelação entre os fatos locais e globais, e entre as diversas formas de atuação do ser humano no contexto da sociedade.

Em cada capítulo desta pesquisa foi acentuado a temática estudada a fim de obter mais informações acerca do mesmo. No primeiro capítulo observou-se o contexto histórico do município de Bonito/PA com informações concernentes à ocupação histórica promovida pelas populações indígenas, mais tarde o desenvolvimento local que se deu através de frentes de colonização, buscando resgatar o surgimento da cidade bem como suas leis atuais em relação ao meio ambiente. No segundo capítulo foi retratada a relação da ética com o meio ambiente numa perspectiva de desenvolvimento sustentável na agricultura familiar, buscando na análise de fundamentos bíblicos conhecimentos e sabedorias que fazem parte do imaginário religioso das pessoas e comunidades de fé. Estes conhecimentos, por vezes profundamente arraigados,

podem ser acionados para um novo modelo de trabalho com a terra e o meio ambiente. O terceiro capítulo apresenta os resultados da análise do Relatório da “Caravana da Produção”, fazendo correlação com a prática rural dos agricultores familiares na perspectiva da Amazônia e da proteção ambiental.

A conclusão do trabalho sobre os problemas conceituais e metodológicos não é negar os problemas evidentes da sustentabilidade ambiental, econômica e social dos produtores familiares na Amazônia, mas ajudar num processo de autorreflexão da comunidade dos pesquisadores e assumir o desafio de um trabalho verdadeiramente científico, mas, ao mesmo tempo, engajado, para compreender melhor a diversidade social no campo da Amazônia, como ponto de partida para estratégias mais adequadas a um desenvolvimento rural sustentável.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. *Construindo a Ciência Ambiental*. São Paulo: Annablume, 1992.
- ALBIAZZETTI, Giane. *Antropologia*. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.
- ALONSO, Félix; LÓPEZ, Francisco Granizo; CASTRUCCI, Plínio de Lauro. *Curso de Ética em Administração*. São Paulo: Atlas, 2006.
- ALTIERI, Miguel. *Agroecologia: base científica para uma agricultura sustentável*. Porto Alegre: Expressão Popular, 2000.
- ASSMANN, Hugo. *A Nova Fase do Capitalismo Mundial*. São Paulo: Vozes, 2004.
- BICALHO, Rosilene. *Construindo o conhecimento: ecologia*. Rio de Janeiro: RJH, 1998.
- BOFF, Leonardo. *Saber Cuidar: ética do humano – compaixão pela Terra*. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.
- BRASIL. Caixa Econômica Federal. Programa Minha Casa Minha Vida: recursos do Fundo de Arrendamento Residencial – FAR. Disponível em: <http://www1.caixa.gov.br/gov/gov_social/municipal/programas_habitacao/pmcmv/saiba_mais.asp>. Acesso em: 23 abr. 2015.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. A Carta da Terra. Disponível em: <www.mma.gov.br/estrutura/agenda21/_arquivo/carta_terra.doc>. Acesso em: 26 abr. 2015.
- CAPRA, Fritjof. *Alfabetização Ecológica*. São Paulo: Cultrix, 2002.
- CAVALCANTI, C. (Org). *Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas*. São Paulo: Cortez, 1998.
- CHAMBERS, Robert; CONWAY, Gordon. *Sustainable rural livelihoods: practical concepts for the 21st century*. Institute of development studies: discussion paper n. 296, 1992.
- CHAUÍ, Marilena. *Convite à Filosofia*. São Paulo: Ática, 2001.
- CORDEIRO, Valdecir Luiz. *Do Ventre da Terra, o grito que vem da Amazônia*. São Paulo: Paulus, 2008.
- CORDI, Cassiano. *Para Filosofar*. São Paulo: Scipione, 2007.

DENARDI, José Carlos. *Desenvolvimento e meio ambiente: as estratégias de mudanças da agenda 21*. Petrópolis: Vozes, 2000.

DIAS, Reinaldo. *Turismo sustentável e meio ambiente*. São Paulo: Atlas, 2003.

EHLERS, Eduardo. *O que é agricultura sustentável*. São Paulo: Brasiliense, 1998.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO (FUNAI). Disponível em: <www.funai.org.br>. Acesso em: 25 set. 2014.

GEBARA, Ivone. *As incômodas filhas de Eva na Igreja da América Latina*. São Paulo: Paulinas, 1989.

_____. *Rompendo o silêncio*. Uma fenomenologia feminista do mal. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. *Teologia ecofeminista*. São Paulo: Olho d'Água, 1999;

GERSTENBERGER, Erhard. Terra e sua posse no Antigo Testamento. *Estudos Teológicos*, v. 16, n. 2, p. 22-44, 1976.

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ. Diário Oficial do Estado do Pará (DOEPA). Lei Estadual nº 2.460. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/33636355/doepa-caderno-1-16-01-2012-pg-1>>. Acesso em: 23 abr. 2015.

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ. Secretaria de Estado de Agricultura. Caravana da Produção. Disponível em: <http://www.sagri.pa.gov.br/posts/view/68/caravana_da_producao_agropecuaria>. Acesso em: 27 abr. 2015.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. Secretaria Estadual do Desenvolvimento Agropecuário e de Pesca. Caravana da Produção Agropecuária. Disponível em: <http://www.sagri.pa.gov.br/noticias/view/68/caravana_da_producao_agropecuaria>. em 06/07/2014.

GUARALDO, Maria Clara. Experiências bem-sucedidas de sistemas agroflorestais em climas semárido e subúmido. *Embrapa: Região Nordeste/Vale do Jequitinhonha: Viabilidade socioeconômico e ambiental da Agricultura de Baixo Carbono (ABC) em dois contextos climáticos diferentes*. Disponível em: <<http://hotsites.sct.embrapa.br/prosarural/programacao/2012/experiencias-bem-sucedidas-de-sistemas-agroflorestais-em-climas-semiarido-e-subumido>>. Acesso em: 22 abr. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE): Cidades. História do Município de Bonito. Disponível em:

<<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=150160&search=para|bonito|infograficos:-historico>>. Acesso em: 27 jun. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS (IBGE): Municípios. Produção agrícola municipal - lavoura permanente – 2011: dendê (cacho de coco) - área destinada à colheita - comparação entre os municípios do Pará. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/comparamun/compara.php?coduf=15&idtema=99&codv=v58>>. Acesso em: 27 abr. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO GEOGRÁFICO E ESTATÍSTICO (IBGE). Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=227295>>. Acesso em: 21 maio 2015.

JAPIASSU, Hilton; MARCONDES, Danilo. *Dicionário Básico de Filosofia*. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. Verbete: ética.

LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. 11. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

LEFF, Enrique. *Saber Ambiental*. São Paulo: Vozes, 2004.

MACHADO, Nilson. *Ética e Educação*. São Paulo: Ateliê, 2005.

OLIVEIRA, Rosa Dalva Gonçalves de. *Educação Ambiental: alternativa de sustentabilidade na área de proteção ambiental (APA) do Rio Curiaú*. Dissertação. 84 f. (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Direito Ambiental e Políticas Públicas da Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2012.

OTANI, Flávio. *O ser humano e sua reintegração cultural: Brasil Florestal*. São Paulo: Objetiva, 2001.

PAGELS, Elaine. *Além de toda a crença*. São Paulo: Objetiva, 1992.

PREFEITURA DE NOVO PROGRESSO. Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Novo Progresso (SEMMA-NP). Disponível em: <<http://www.ideflor.pa.gov.br/renascente>> em 05/07/2014. Acesso em: 27 abr. 2015.

RICARDO, Beto; RICARDO, Fany (Orgs.). *ISA. Povos Indígenas no Brasil (2006-2010)*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2011.

ROMEIRO, Ademar. *Meio Ambiente e a dinâmica da inovação*. São Paulo: Annablume, 1998.

ROSS, Jurandyr Luciano Sanches. *Geomorfologia: ambiente e planejamento*. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2005.

SACHS, Ignacy. *Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável*. São Paulo: Intrínseca, 1990.

SCHWANTES, Milton. *Gênesis 1-11: Vida, Comunidade e Bíblia*. São Leopoldo: Centro de Estudos Bíblicos, 2007.

_____. *O direito dos pobres*. São Leopoldo: Oikos; São Bernardo do Campo: Editeo, 2013.

SOUZA, Marcelo de Barros; CARAVIAS, José L. *Teologia da Terra*. Petrópolis: Vozes, 1988.

VEIGA, Eli. *Economia Socioambiental*. São Paulo: Senac, 1994.

VICÁRIA, Luciana. A falsa boa notícia na Amazônia. *Época*. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDR71508-6014,00.html>>. Acesso em: 26 jun. 2014.

VITAL, Tales; SAMPAIO, Yony. Agricultura Familiar e fruticultura irrigada – estudos de caso no nordeste. ANAIS DA ACADEMIA PERNAMBUCANA de Ciência Agronômica, Recife, v. 4, p. 275-290, 2007. Disponível em: <<http://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/34643/1/AAPCA-V4-Artigo-02.pdf>>. Acesso em: 25 abr. 2015.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. *A agricultura familiar no Brasil: um espaço de construção*. São Paulo: Unicamp, 2001.

ANEXOS A - Formalização da Associação da Comunidade de Quilombola de Cuxiu de Bonito/PA.

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral - Impressão

<http://www.receita.fazenda.gov.br/prepararImpressao/ImprimePag...>



Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL			
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 16.713.759/0001-51 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 09/07/2012	
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE CUXIU DE BONITO PARA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) ACQC			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA			
LOGRADOURO COM DE CUXIU	NÚMERO S/N	COMPLEMENTO	
CEP 68.645-000	BAIRRO/DISTRITO RURAL	MUNICÍPIO BONITO	UF PA
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 09/07/2012	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011.

Emitido no dia **17/08/2012** às **15:52:04** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Voltar](#)

© Copyright Receita Federal do Brasil - 17/08/2012



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA CULTURA
FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES
 Criada pela Lei n. 7.668 de 22 de agosto de 1988


Departamento de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro

CERTIDÃO DE AUTODEFINIÇÃO

O Presidente da **Fundação Cultural Palmares**, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 1º da Lei n.º 7.668 de 22 de Agosto de 1988, art. 2º, §§ 1º e 2º, art. 3º, § 4º do Decreto n.º 4.887 de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e artigo 216, I a V, §§ 1º e 5º da Constituição Federal de 1988, Convenção nº 169, ratificada pelo Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004 e nos termos do processo administrativo desta Fundação nº 01420.004540/2013-15 **CERTIFICA** que a **COMUNIDADE DE CUXIÚ**, localizada no município de Bonito/PA, registrada no Livro de Cadastro Geral n.º 015, Registro nº 1.973, fl.191, nos termos do Decreto supramencionado e da Portaria Interna da FCP n.º 98, de 26 de novembro de 2007, publicada no Diário Oficial da União n.º 228 de 28 de novembro de 2007, Seção 1, f. 29, **SE AUTODEFINE COMO REMANESCENTES DE QUILÔMBO.**

Eu, **Alexandro Anunciação Reis**, (Ass.) , Diretor do Departamento de Proteção do Patrimônio Afro-Brasileiro, a lavrei e a extraí. Brasília/DF, **04 de setembro de 2013.**

O referido é verdade e dou fé.


José Hilton Santos Almeida
 Presidente
 Fundação Cultural Palmares - FCP

ANEXOS B - Cursos Realizados pelo SENAR/PA



Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

CNPJ Nº 04.309.367/0001-42

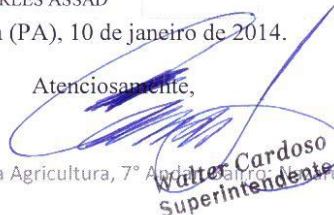


RELAÇÃO DE CAPACITAÇÕES REALIZADAS NO MUNICÍPIO DE BONITO/PA

Título	Local	Data Início	Data Fim	Instrutor(es)
TRABALHADOR NA OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE TRATORES AGRÍCOLAS	MEJER AGROFLORESTAL	21/03/2011	25/03/2011	ANTONIO ELSON CUNHA CAVALCANTE
TRABALHADOR NA APLICAÇÃO DE AGROTÓXICOS	MEJER AGROFLORESTAL	14/03/2011	18/03/2011	ELIANA GOMES
TRABALHADOR NA INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL	FAZENDA MENINO DEUS	25/07/2011	29/07/2011	CELSE FELIPE BANDEIRA DE SÁ
TRABALHADOR NA OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE TRATORES AGRÍCOLAS	FAZENDA NORTON AMADOR	17/10/2011	21/10/2011	MAURÍCIO RICARDO DE PAULA DIAS
TRABALHADOR NA TRANSFORMAÇÃO DA MANDIOCA	COMUNIDADE SANTO ANTONIO	14/11/2011	18/11/2011	RAIMUNDO APRÍGIO MENDONÇA SOUSA
TRABALHADOR NA APLICAÇÃO DE AGROTÓXICOS	FAZENDA NORTON AMADOR	28/11/2011	02/12/2011	JOÃO DA CONCEIÇÃO
TRABALHADOR NA OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE TRATORES AGRÍCOLAS	CENTRO COMUNITÁRIO	23/01/2012	27/01/2012	JERFFSON DIAS LIMA
TRABALHADOR NA OLERCULTURA BÁSICA	TRAVESSA PAU AMARELO	21/05/2012	25/05/2012	NILSON DAMASCENO FONSECA
TRABALHADOR NA OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE TRATORES AGRÍCOLAS	SEDE DO MUNICÍPIO	23/07/2012	27/07/2012	ANTONIO ELSON CUNHA CAVALCANTE
TRABALHADOR NA OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE TRATORES AGRÍCOLAS	CENTRO COMUNITÁRIO	23/01/2012	27/01/2012	JERFFSON DIAS LIMA
TRABALHADOR NA BOVINOCULTURA DE LEITE	STº ANTONIO DO CUMARU	18/02/2013	22/02/2013	ELTON BARROSO SINIMBU
TRABALHADOR NA OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE TRATORES AGRÍCOLAS	CIDADE DE BONITO	08/04/2013	12/04/2013	REGIVÂNIA DE OLIVEIRA MARQUES
TRABALHADOR NA BOVINOCULTURA DE LEITE	VILA SANTO ANTÔNIO DO CUMARU	25/03/2013	29/03/2013	CELSE FELIPE BANDEIRA DE SÁ
TRABALHADOR NA AVICULTURA BÁSICA	STo. ANTONIO CUMARU	24/06/2013	28/06/2013	ELTON BARROSO SINIMBU
TRABALHADOR NA OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE TRATORES AGRÍCOLAS	FAZENDA NORTON AGROFLORESTAL	04/11/2013	08/11/2013	EDCE DA SILVA PONTES
TRABALHADOR NA FRUTICULTURA BÁSICA	ASSOCIAÇÃO REMANESCENTES DOS QUILOMBOLAS	30/09/2013	04/10/2013	EDUARDO QUARESMA ASSUNÇÃO JÚNIOR
TRABALHADOR EM BENEFICIAMENTO PRIMÁRIO DE LEITE	SEDE DO MUNICÍPIO	01/07/2013	06/09/2013	MAURINEDE NEVES SOUZA
PINTURA EM TECIDOS	SEDE DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DE BONITO	09/09/2013	01/11/2013	MARCIO ALEX DA COSTA PALHETA
TRABALHADOR NA OLERCULTURA BÁSICA	COLEGIO ESTADUAL CHARLES ASSAD	09/09/2013	01/11/2013	JEAN CARLOS FREITAS PINHEIRO

Belém (PA), 10 de janeiro de 2014.

Atenciosamente,


Walter Cardoso
 Superintendente

End.: Trav. Dr. Moraes, n/ 21, Edif. Palácio da Agricultura, 7º Andar, Belém - PA. CEP: 66.035-080. Belém - Pará

ANEXOS C - Inserção dos Moradores do Programa Nacional de Habilitação Rural (PNHR)

ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DA COMUNIDADE
REMANESCENTE DE QUILOMBOS DE CUXIÚ

DECLARAÇÃO DE AUTO-RECONHECIMENTO QUILOMBOLA

A ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DA COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBOS DE CUXIÚ, comunidade quilombola, com sede no município de BONITO-PA, através de sua associação, **vem atestar para os devidos fins**, com fundamento do ART. 322 da Constituição do Estado do Pará e em atendimento ao artigo 2º do decreto 3.572, de 22 de julho de 1999 que regulamentou a Lei Estadual nº 02 (de 16/11/99) do Instituto de Terras do Pará- ITERPA, de **que se auto-reconhecem e se identificam como remanescente das comunidades de quilombos.**

BONITO, (PA),²⁷ de ^{maio}.....2012

.....*Antonia Reucos Santos*.....

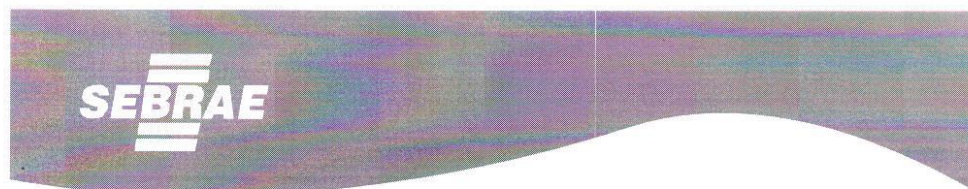
Presidente da Associação

RG: 5377049 CPF: 966.598822-00

Maria Bzari dos Santos

Maria Juliana Ataide dos Santos
Antonia Madalena dos Santos Carvalho
Josiel Barbosa

**ANEXOS D - Dados da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará
(ADEPARÁ)**



Carta ER Rio Caetés 010/14

Capanema, 28 de fevereiro de 2014.

Ao Sr.
JOSÉ RODRIGUES MARTINS FILHO
Aluno do Mestrado Profissional da EST
Rio Grande do Sul

Senhor Aluno,

Conforme solicitação, encaminhamos as ações desenvolvidas pelo SEBRAE/PA – Escritório Regional Caetés no município de Bonito nos anos de 2011, 2012 2013, para compor estudo de Mestrado Profissional do Aluno José Rodrigues Martins Filho.

A atuação desta instituição deu-se através de Cursos de Capacitações como também em consultorias, conforme descrito abaixo:

CONSULTORIAS		
Atividades	Nº de produtores	Anos
Apicultura	12	2011 - 2012
Piscicultura	11	2012 - 2013
Mandiocultura	9	2012 - 2013

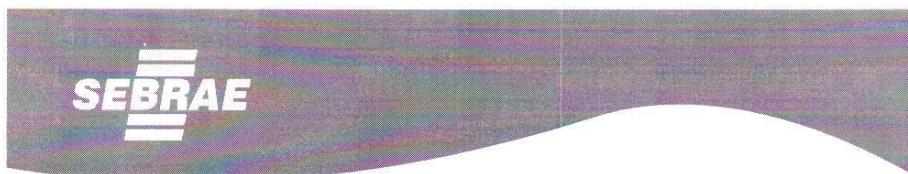
CAPACITAÇÕES: Cursos

Nome Evento	Situação	Tipo Evento	Município	Data/Hora Início Evento
1.526.371 - Palestra para gestores municipais- Planejamento 2012 a 2015	CONCLUÍDO	PALESTRA PRESENCIAL	BONITO	18/01/2012 - 19:00
1.526.393 - Palestra: Formalização através do MEI	CONCLUÍDO	PALESTRA PRESENCIAL	BONITO	07/02/2012 - 19:00
1.526.842 - SEI PLANEJAR	CONCLUÍDO	OFICINA	BONITO	08/03/2012 - 08:00
1.526.843 - OFICINA SEI VENDER	CONCLUÍDO	OFICINA	BONITO	08/03/2012 - 14:00
1.526.844 - SEI COMPRAR	CONCLUÍDO	OFICINA	BONITO	08/03/2012 - 19:00

SEBRAE
Serviço de Apoio às
Micro e Pequenas Empresas
Pará


Rua Municipalidade, 1461
Umarizal - Belém- Pa
CEP: 66050-350

Tel: (091) 3181-9000
Fax: (091) 3181-9044
www.pa.sebrae.com.br



1.526.842 - SEI PLANEJAR	CONCLUÍDO OFICINA	BCNITO	08/03/2012 - 08:00
1.526.843 - OFICINA SEI VENDER	CONCLUÍDO OFICINA	BCNITO	08/03/2012 - 14:00
1.526.844 - SEI COMPRAR	CONCLUÍDO OFICINA	BCNITO	08/03/2012 - 19:00
1.530.972 - SEI CONTROLAR MELH DINHEIRO	CONCLUÍDO OFICINA	BCNITO	09/05/2013 - 14:00
1.531.420 - Palestras Diversas	CONCLUÍDO PALESTRA PRESENCIAL	BCNITO	04/06/2013 - 16:00
1.531.678 - Aprender a Empreender	CONCLUÍDO CURSO PRESENCIAL	BCNITO	24/06/2013 - 14:00
1.532.204 - EMPREENDEDORISMO	CONCLUÍDO PALESTRA PRESENCIAL	BCNITO	01/08/2013 - 19:00
1.532.271 - Atendimento ao Cliente	CONCLUÍDO CURSO PRESENCIAL	BCNITO	12/08/2013 - 17:00
1.532.385 - Empreendedorismo	CONCLUÍDO PALESTRA PRESENCIAL	BCNITO	12/08/2013 - 17:00
1.532.776 - SEI PLANEJAR	CONCLUÍDO OFICINA	BCNITO	31/08/2013 - 19:00
1.533.189 - Gestão Financeira	CONCLUÍDO CURSO PRESENCIAL	BCNITO	21/10/2013 - 18:00

Atenciosamente,


Olavo Ramos Junior
 Gerente SEBRAE
 Gerente SEBRAE
 Gerente SEBRAE
 Gerente SEBRAE
 Gerente SEBRAE

SEBRAE
 Serviço de Apoio às
 Micro e Pequenas Empresas
 Para

Rua Municipalidade, 1461
 Umarizal - Belém- Pa
 CEP. 66050-350

Tel: (091) 3181-9000
 Fax: (091) 3181-9044
www.pa.sebrae.com.br